

RELATÓRIO ANUAL 2025

CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual 2025
Contratação Pública em Portugal

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | **Fax:** 217 946 799 | **Email:** geral@impic.pt

Data de edição: julho 2026

Siglas

ALC	Acima dos limiares comunitários
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos
CIMEC	Comissão Independente das Medidas Especiais de Contratação Pública
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
ICPEP	Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal
IM(alc)	Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
K	Milhar
ME	Milhões de euros
MEC	Medidas Especiais de Contratação
OP	Obras Públicas
PE	Plataformas Eletrónicas
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais

SOBRE ESTE RELATÓRIO

O Relatório Anual da Contratação Pública fornece uma visão global sobre a evolução e o funcionamento da contratação pública em Portugal, desde a formação à execução dos contratos públicos sujeitos ao Código dos Contratos Públicos (CCP) e legislação conexas.

Divulga os principais indicadores da contratação pública, fomentando, dessa forma, o conhecimento da matéria, dos impactos e das oportunidades que lhe estão associadas e que acrescentem valor ao setor público e à economia.

O objeto do relatório são os dados extraídos, em fevereiro 2026, do portal dos contratos públicos (o portal BASE, cuja gestão é do IMPIC, I.P.), relativamente às transmissões efetuadas pelas entidades adjudicantes em 2025, quer por plataforma eletrónica de contratação pública, quer pelos restantes meios previstos, que, dependendo dos dados, poderão ser: o portal do Diário da República, o Sistema de Informação para os Mercados Públicos (SIMAP), as entidades adjudicantes por acesso direto ao portal BASE, os *softwares* de gestão e as entidades gestoras da solução de faturação eletrónica.

A informação do portal BASE depende da precisão dos dados comunicados pelas entidades adjudicantes.

Os resultados deste relatório podem ser diferentes, em comparação com relatórios anteriores para os mesmos anos, devido a alterações/ anulações entretanto comunicadas ao portal BASE.

O relatório está estruturado em 9 capítulos, cada um abordando questões-chave e fornecendo indicadores essenciais para compreender o estado e as tendências da contratação pública:

1. Visão Geral do Ano - condensa os principais números de 2025 da contratação pública;
2. Contratação Pública Eletrónica em Portugal - analisa a evolução da utilização das plataformas eletrónicas e do *e-procurement*, evidenciando o papel fundamental da digitalização na modernização dos processos, na eficiência procedimental e na promoção da transparência;
3. Peso da Contratação Pública na Economia – examina a influência dos contratos públicos em indicadores económicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), oferecendo também uma análise da evolução dos valores contratados e sua relevância macroeconómica;

4. Os Procedimentos de Formação dos Contratos Públicos – disponibiliza informação detalhada sobre os diferentes procedimentos de contratação, analisando tendências na escolha dos tipos de procedimento, a adoção de critérios ambientais e o impacto das Medidas Especiais de Contratação - MEC (Lei n.º 30/2021, de 21 de maio);
5. Os Contratos Públicos Publicados no Portal BASE – apresenta dados agregados por tipo de contrato, procedimento e CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), permitindo identificar padrões, setores predominantes e tendências na seleção dos procedimentos pré-contratuais;
6. Projeção dos Encargos Decorrentes dos Contratos Públicos – fornece estimativas sobre a distribuição temporal dos encargos financeiros, considerando o preço contratual e o prazo de execução, e desagregando por tipos de procedimento e de contrato;
7. Do Procedimento ao Contrato – analisa a duração média dos procedimentos pré-contratuais, o número de concorrentes por procedimento e as modalidades de critério de adjudicação, permitindo avaliar o grau de concorrência e as práticas de adjudicação no mercado público;
8. Execução dos Contratos – foca-se na monitorização da execução dos contratos, avaliando os desvios de prazos e preços contratuais;
9. Os intervenientes no processo de contratação - fornece, não apenas uma visão da dimensão do universo das entidades adjudicantes, mas também dos adjudicatários.

Índice

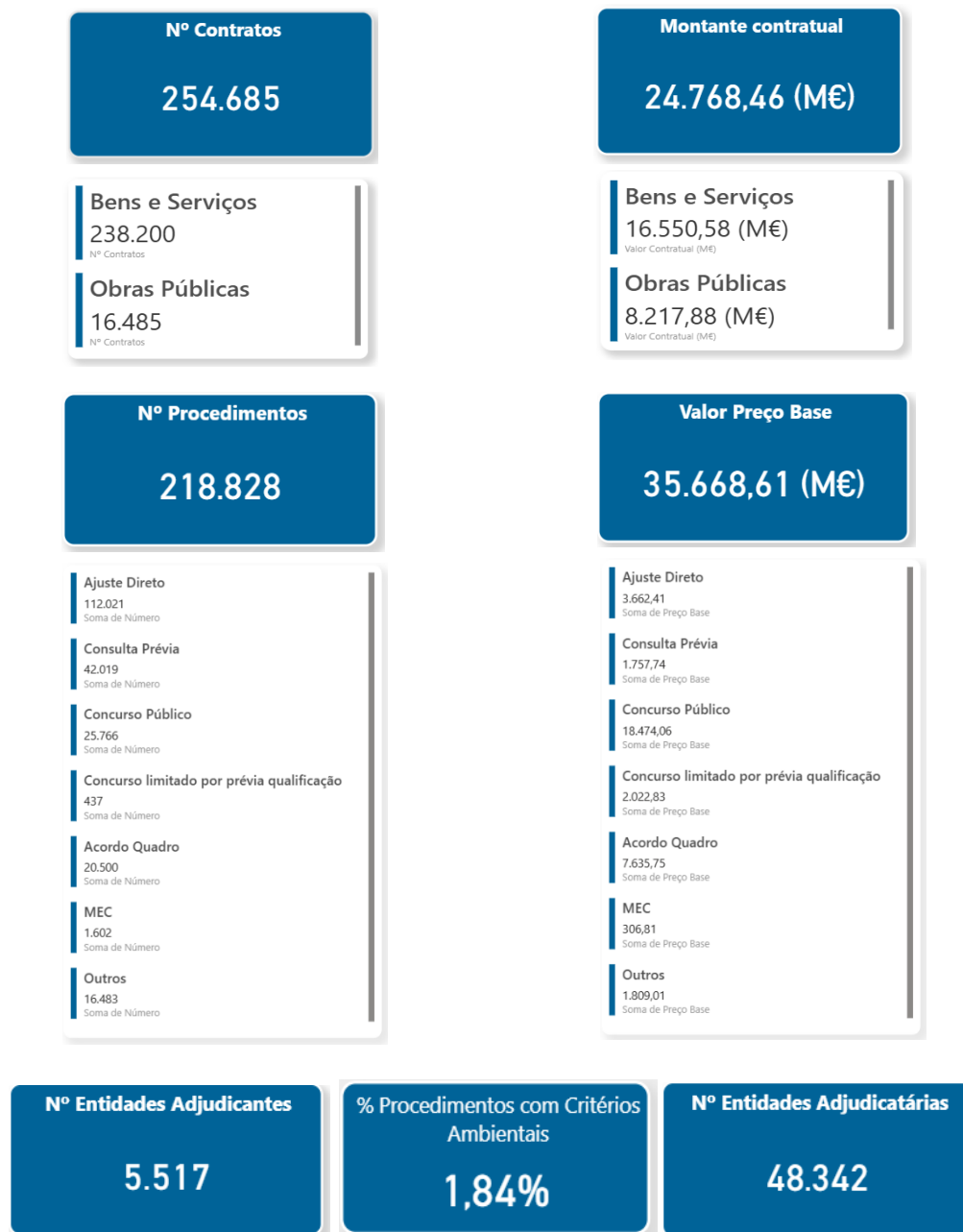
1. VISÃO GERAL DO ANO	8
2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL	11
3. PESO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA ECONOMIA	15
3.1.EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	15
3.2.PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	16
3.3.CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)	17
4. OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	19
4.1.PROCEDIMENTOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO	20
4.2.PROCEDIMENTOS POR TIPO DE CONTRATO	22
4.3.PROCEDIMENTOS COM CRITÉRIOS AMBIENTAIS	23
4.4.PROCEDIMENTOS COM LOTES	26
4.5.MEDIDAS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO	28
5. OS CONTRATOS PÚBLICOS	32
5.1.CONTRATOS POR TIPO DE CONTRATO	34
5.2.CONTRATOS POR CLASSIFICAÇÃO “VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS” (CPV)	38
5.3.CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO	39
5.4.CONTRATOS PRECEDIDOS DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS <i>VERSUS</i> DE PROCEDIMENTOS POR CONVITE	43
5.4.1. CONTRATOS PRECEDIDOS POR PROCEDIMENTOS CONCURSAIS	45
5.4.2. CONTRATOS PRECEDIDOS DE AJUSTE DIRETO	48
5.4.2.1. AJUSTES DIRETOS POR CRITÉRIOS MATERIAIS	52
5.4.3. CONTRATOS PRECEDIDOS DE CONSULTA PRÉVIA	58
6. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS	62
7. DO PROCEDIMENTO AO CONTRATO	69
7.1.DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO	69
7.2.NÚMERO DE PROPOSTAS POR PROCEDIMENTO	71
7.3.DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: «MONOFATOR» <i>VERSUS</i> «MULTIFATOR»	73

7.4.OSCILAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL FACE AO PREÇO BASE	75
8. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	80
8.1.DESVIO DE PREÇOS	80
8.2.DESVIO DE PRAZOS	84
9. OS INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	86
9.1.ENTIDADES ADJUDICANTES	86
9.2.ADJUDICATÁRIOS.....	87
9.2.1. ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS	89

1. Visão Geral do Ano

1. VISÃO GERAL DO ANO

O ano de 2025 em resumo, com base nas publicações efetuadas no portal dos contratos públicos, portal BASE.



Síntese dos contratos reportados em 2025, distribuídos por tipo de procedimento criado em 2025 versus criado em ano anterior.

Tipo Contrato	Bens e Serviços		Obras Públicas		Total	
Procedimento criado ano de 2025 Tipo Procedimento	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)
Ajuste Direto Regime Geral	106 666	2550,50	3 525	279,85	110 191	2830,35
Consulta Prévia	33 831	906,32	4 914	389,53	38 745	1295,85
Concurso público	23 167	3887,73	4 036	3232,85	27 203	7120,58
Concurso limitado por prévia qualificação	450	336,01	18	67,97	468	403,98
Procedimento de negociação	9	22,03	8	121,48	17	143,51
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º)	5 117	396,19	1 029	48,66	6 146	444,85
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 259.º)	26 667	2573,34	10	2,84	26 677	2576,18
Consulta Prévia Simplificada	296	32,04	171	49,58	467	81,62
Concurso público simplificado	9	0,87	31	54,89	40	55,76
Concurso limitado por prévia qualificação simplificado	1	0,09	2	4,87	3	4,96
Ajuste Direto Regime Geral ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	8	0,43	3	0,08	11	0,52
Consulta prévia ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	11	1,30	1	0,36	12	1,66
Ajuste direto simplificado	37	0,20			37	0,20
Ajuste direto simplificado ao abrigo da Lei n.º 30/2021, de 21.05	826	2,31	5	0,04	831	2,36
Setores especiais – isenção parte II	1 547	72,96	70	14,06	1 617	87,02
Contratação excluída II	15 173	1354,50	21	4,75	15 194	1359,25
Total	213 815	12136,84	13 844	4271,82	227 659	16408,66

Tipo Contrato	Bens e Serviços		Obras Públicas		Total	
Procedimento criado ano anterior a 2025 Tipo Procedimento	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)	Nº Contratos	Valor Contratual (M€)
Ajuste Direto Regime Geral	3 387	172,56	222	13,29	3 609	185,85
Consulta Prévia	3 327	102,94	586	49,89	3 913	152,83
Concurso público	11 177	2401,80	1 766	3545,58	12 943	5947,38
Concurso limitado por prévia qualificação	243	487,14	13	251,98	256	739,12
Procedimento de negociação	3	750,12	3	53,87	6	803,99
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º)	193	15,05	19	2,86	212	17,91
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 259.º)	5 954	474,02			5 954	474,02
Consulta Prévia Simplificada	35	4,77	15	6,66	50	11,43
Concurso público simplificado	1	0,14	10	16,75	11	16,89
Concurso limitado por prévia qualificação simplificado	1	0,40	1	4,78	2	5,18
Ajuste Direto Regime Geral ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	1	0,09			1	0,09
Consulta prévia ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	1	0,11			1	0,11
Setores especiais – isenção parte II	37	2,54	6	0,39	43	2,93
Contratação excluída II	25	2,05			25	2,05
Total	24 385	4413,74	2 641	3946,05	27 026	8359,80



2. A Contratação Pública Eletrónica em Portugal

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

A contratação eletrónica é consagrada no Código dos Contratos Públicos (CCP), desde a sua versão de 2008, e materializada no portal BASE e nas plataformas eletrónicas de contratação pública (PE), credenciadas pelo Gabinete Nacional de Segurança (GNS) e licenciadas pelo IMPIC, I.P.

Portugal é frequentemente apresentado como um caso de maturidade digital na contratação pública, com generalização do uso das plataformas eletrónicas, ampla desmaterialização dos procedimentos e reconhecimento internacional no domínio do governo digital, e está em condições de enfrentar o desafio colocado pela Resolução do Parlamento Europeu de setembro de 2025, relativa aos contratos públicos, para a transição para um verdadeiro ecossistema de interoperabilidade plena, capaz de integrar plataformas nacionais e europeias, reutilizar dados ao longo de todo o ciclo do contrato, assegurar coerência entre sistemas de contratação, fiscalização e controlo, e de assumir a digitalização como um instrumento de boa governação, capaz de aumentar a eficiência da despesa pública, melhorar a qualidade das adjudicações e aprofundar a integração do mercado interno europeu.

No ano de 2025 as entidades adjudicantes transmitiram ao portal BASE 218.828 procedimentos, correspondente a um valor global de preço base de 35.668,61 milhões de euros.

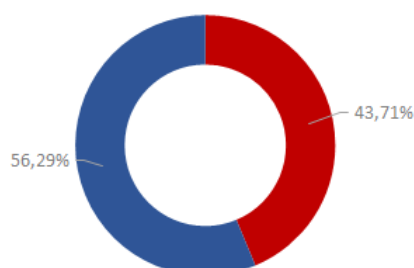
Os procedimentos tramitados por PE representaram em número 43,71% e em valor (correspondente à soma do preço base dos procedimentos) 86,91%, o que significa um ICPEP 2025 de 86,91% - o ICPEP é o índice de contratação pública eletrónica em Portugal, que monitoriza o peso da contratação pública em valor de preço base tramitada através de PE.

Foram usados outros meios eletrónicos em 56,29% dos procedimentos, representativos de 13,09% do valor global do preço base.

Gráfico 1 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2025: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal

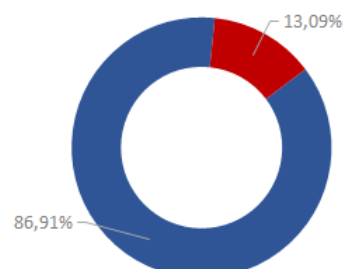
Nº Procedimentos

■ Plataforma Eletrónica ■ Outros Meios Eletrónicos



Valor Preço Base

■ Plataforma Eletrónica ■ Outros Meios Eletrónicos



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

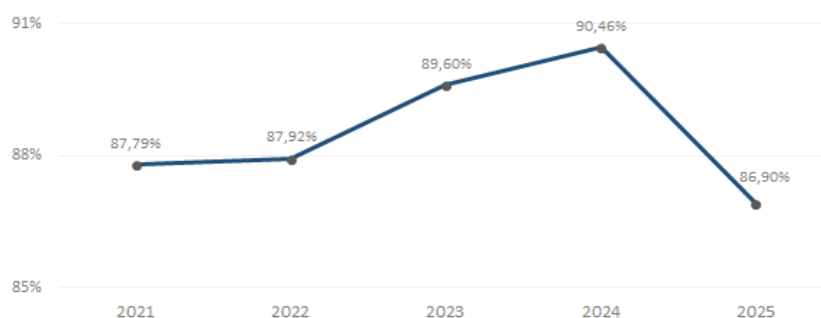
2025 contraria a evolução positiva do Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICPEP) que se vinha a verificar nos últimos anos. Entre 2021 e 2024 o ICPEP aumentou 2,67 p.p., em contrapartida, entre 2024 e 2025 o ICPEP diminuiu 3,56 p.p.

Este indicador de utilização de plataforma eletrónica é grandemente influenciado pelos concursos públicos que são os procedimentos que contribuem com um valor da soma dos preços base mais significativo, e que correspondeu, em 2025, a aproximadamente 52 % do valor total dos procedimentos, uma queda de 13 p.p face a 2024.

Reflete o peso (em valor do preço base) dos procedimentos tramitados fora das plataformas eletrónicas, designadamente os ajuste direto e contratação excluída que representaram, em 2025, aproximadamente 8% do valor total dos procedimentos, uma subida de 3 p.p. face a 2024 (ano em que se iniciou, no portal Base, o registo dos procedimentos de contratação excluída e dos sectores especiais, procedimentos estes em que não é obrigatória a utilização de PE).

Gráfico 2 – Evolução do ICPEP

Evolução do ICPEP



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)



3. Peso da Contratação Pública na Economia

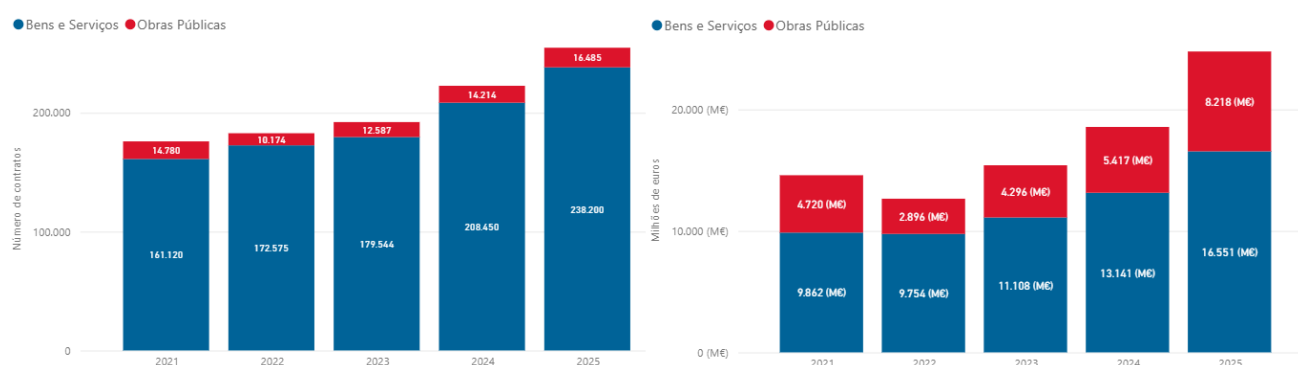
3. PESO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA ECONOMIA

3.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Em 2025, e face aos anos anteriores, continua a verificar-se a tendência de aumento do número de contratos públicos reportados ao portal BASE. Concretamente, face ao ano de 2024, verificou-se uma variação de +14% ao nível dos contratos de bens e serviços e +16% de contratos de empreitadas de obras públicas (também referidos de forma simplificada neste relatório como contratos de obras públicas).

Relativamente aos montantes contratuais, face ao ano de 2024, registou-se um aumento global de 33% (+6.211 milhões de euros). Esta variação decompõe-se em mais 26% no caso dos bens e serviços (+3.410 milhões de euros), e em mais 52% no caso das obras públicas (correspondentes a +2.801 milhões de euros).

Gráfico 3 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2021 a 2025: números globais



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

3.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

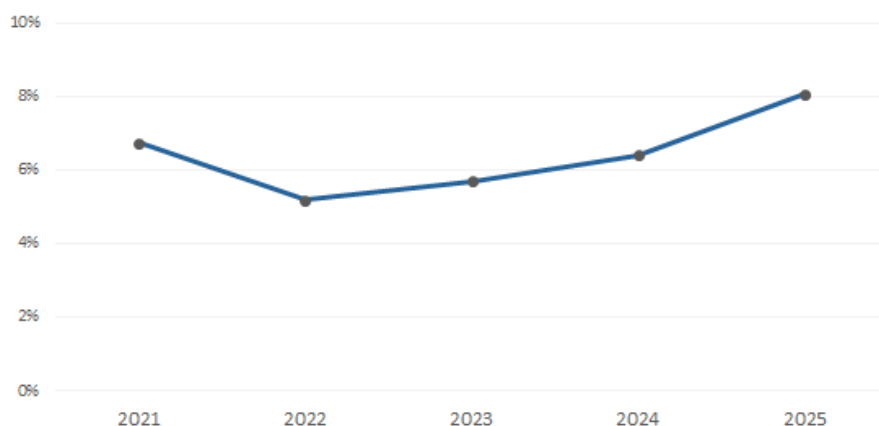
No ano de 2025, o peso dos valores contratuais comunicados ao portal BASE representou 8,1% do PIB, indicador que mede a atividade produtiva agregada, que, face ao ano anterior, representa um acréscimo de 1,7 pontos percentuais, mantendo assim a tendência de crescimento já verificada em 2023 e 2024.

Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB

Ano	PIB (M€)	PIB Var. %	Valor Contratual (M€)	Peso Contratação face ao PIB	Valor Contratual - Var Homóloga em %
2025	306 766	5,9%	24 768	8,1%	33,5%
2024	289 784	7,2%	18 558	6,4%	20,5%
2023	270 353	10,8%	15 403	5,7%	21,8%
2022	243 957	12,7%	12 650	5,2%	-13,3%
2021	216 494	7,7%	14 582	6,7%	34,4%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026), para os dados da contratação pública
INE Contas Nacionais Trimestrais para os dados do PIB – (abril 2026)

Gráfico 4 – A contratação pública em função do PIB



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)
INE Contas Nacionais Trimestrais - (abril 2026)

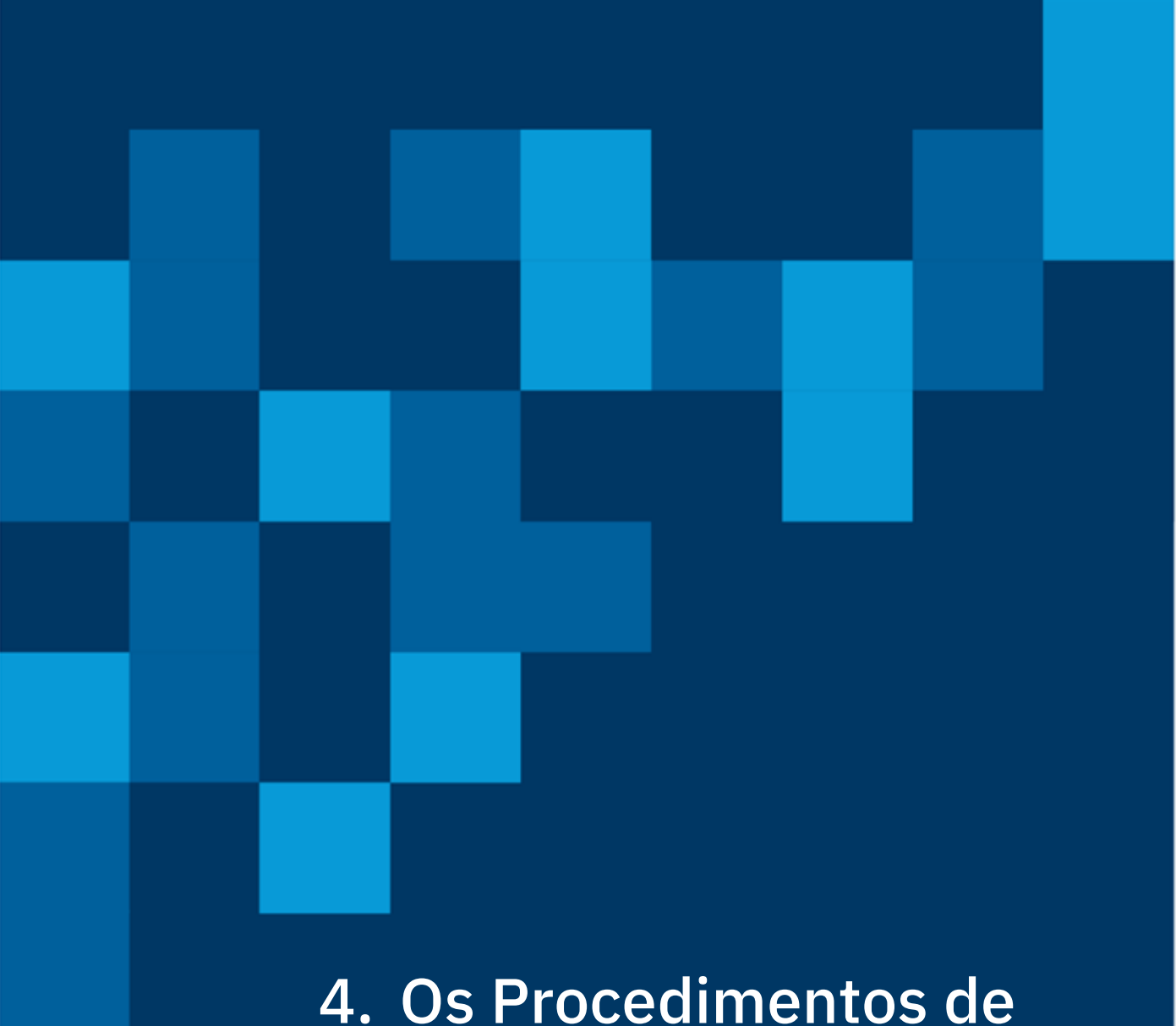
3.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

Atendendo aos valores contratuais dos contratos respeitantes a empreitadas de obras públicas, reportadas ao portal BASE em 2025, verifica-se uma variação homóloga positiva face a 2024 de 51,7%. Os valores dos contratos de obras públicas permitem calcular o peso da construção na FBCF, indicador que mede o valor das aquisições em bens de investimento e reflete a confiança e crescimento económico. Este peso, em 2025, foi de 23,2% e significa um aumento de 6,3 pontos percentuais.

Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção

Ano	Formação Bruta Capital Fixo - Construção (M€)	Formação Brut Capital Fixo - Construção Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual - Var. Homóloga em % (M€)	Peso Contratação face ao FBCF - Construção
2025	35 422	10,4%	8 218	51,7%	23,2%
2024	32 096	6,6%	5 417	26,1%	16,9%
2023	30 120	9,2%	4 296	48,3%	14,3%
2022	27 595	12,8%	2 896	-38,6%	10,5%
2021	24 456	13,8%	4 720	27,5%	19,3%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026), para os dados da contratação pública
INE Contas Nacionais Trimestrais (abril 2026)



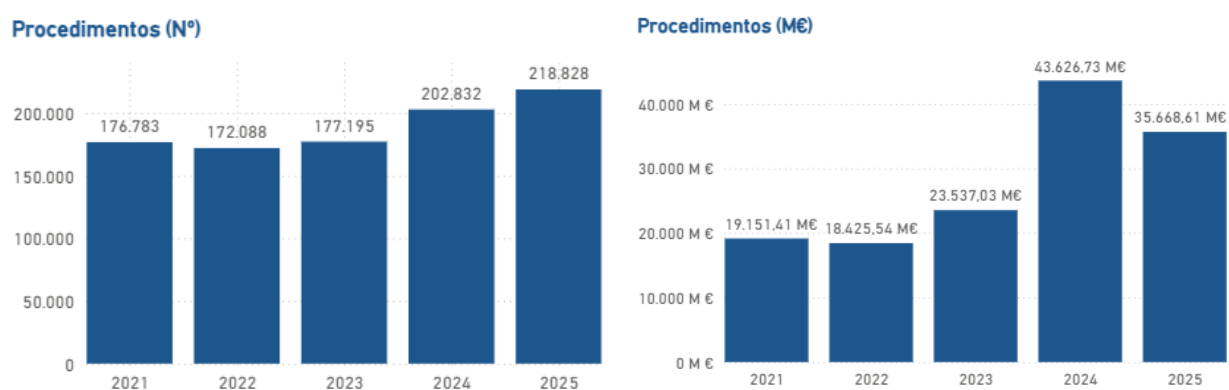
4. Os Procedimentos de Formação dos Contratos Públicos

4. OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

No ano de 2025 as entidades adjudicantes transmitiram ao portal BASE 218.828 procedimentos, que corresponderam a um valor global de preço base de 35.668,61 milhões de euros.

Face a 2024, constatou-se uma subida em número e uma descida em valor, concretamente, foram registados mais 15.996 procedimentos (+7,9%) e um valor total de menos 7.958,12 milhões de euros (-18,2%).

Gráfico 5 – Evolução dos procedimentos 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

4.1. PROCEDIMENTOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Constatou-se maior incidência no tipo de procedimento por ajuste direto, seguido do procedimento por consulta prévia, concretamente: 112.021 ajustes diretos e 42.019 consultas prévias que, em conjunto, correspondem a 70,39% do total dos procedimentos.

No que refere ao valor dos procedimentos (mais concretamente ao valor da soma dos preços base), os concursos públicos são os que contribuem com um valor mais significativo, de 18.474 milhões de euros, correspondendo a 51,79% do total. Neste indicador, o conjunto dos procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, com o valor de preço base de 3.662 milhões de euros e 1.758 milhões de euros, respetivamente, contribuem apenas em 15,20% do total.

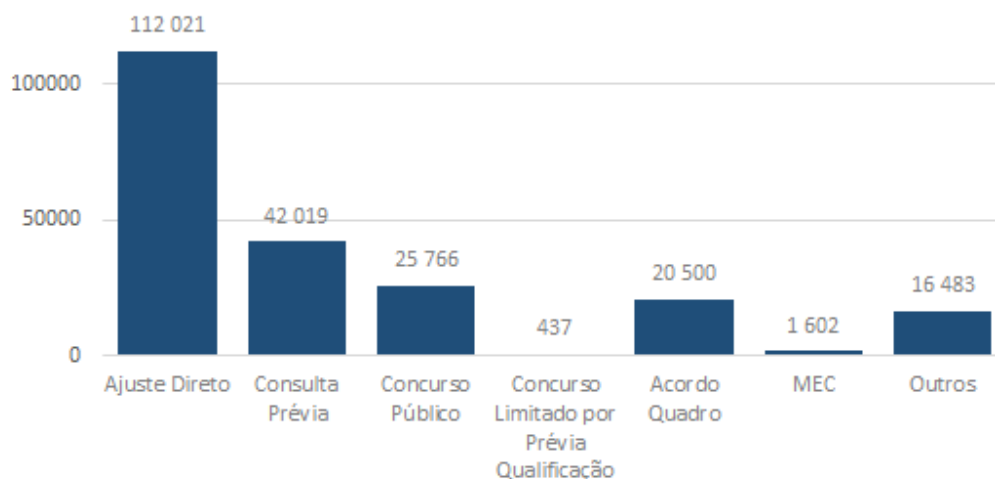
É de destacar os concursos limitados por prévia qualificação, 437 procedimentos e valor base de 2.023 milhões de euros, que em número representam apenas 0,20% e em valor 5,67% do total (valor este superior ao peso de 4,93% das consultas prévias, com muito mais procedimentos).

Os procedimentos ao abrigo das medidas especiais de contratação (MEC), 1.602 procedimentos e valor base 307 milhões de euros em número, representam 0,73% em número e em valor 0,86%.

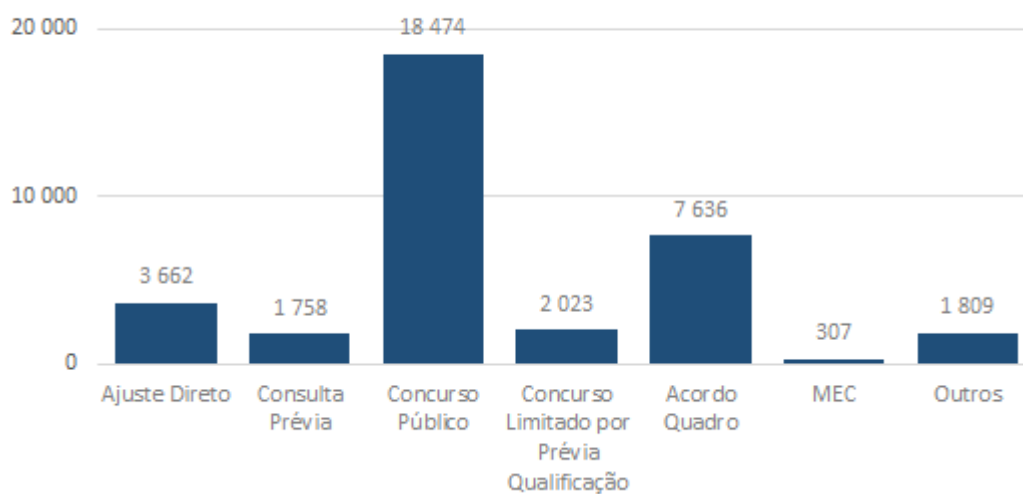
Agrupado em “Outros” estão os procedimentos com menos expressão individual. Estão incluídos neste grupo: procedimentos de negociação, disponibilização de bens móveis, serviços sociais e outros serviços específicos, ajustes diretos simplificados, setores especiais – isenção parte II e contratação excluída II, estes 2 últimos com uma expressão relativa no grupo “Outros” de 10,33% e 87,92% (em número), respetivamente, que por força da alteração à redação do artigo 465.º do CCP operada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, passaram a ser obrigatoriamente publicitados no portal Base.

Gráfico 6 – Procedimentos por tipo de procedimento, em número e valor preço base

Nº Procedimentos por Tipo de Procedimento



Preço Base (M€) por Tipo de Procedimento



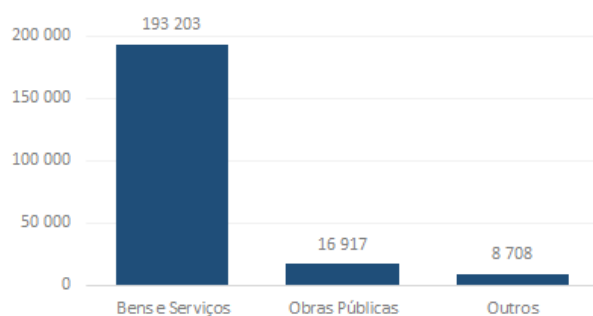
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

4.2. PROCEDIMENTOS POR TIPO DE CONTRATO

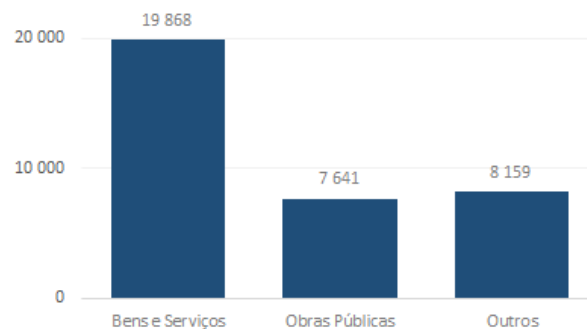
Analisados os procedimentos pré-contratuais comunicados em 2025, observou-se que os procedimentos pré-contratuais de bens e serviços representam 88,29%, em número (193.203 procedimentos), e 55,70%, em valor (19.868 M€ valor preço base) e os relativos a contratos de obras públicas representam, respetivamente, 7,73% (16.917 procedimentos) e 21,42% (7.641 M€ valor preço base).

Gráfico 7 – Procedimentos por tipo de contrato, em número e valor (preço base)
alterar nome do gráfico preço base

Nº Procedimentos por tipo de contrato



Preço Base (M€) por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

4.3. PROCEDIMENTOS COM CRITÉRIOS AMBIENTAIS

Nos procedimentos comunicados em 2025, a promoção da sustentabilidade ambiental fez-se refletir em 4.026 procedimentos com critérios ambientais, 1,84% do total de procedimentos, o que evidencia que, ao contrário do expectável e desejável, ainda estamos longe dos objetivos pretendidos nesta matéria.

No quadro e no gráfico abaixo, pode ser visto que, por tipo de procedimento, e em termos relativos (ou seja, dentro de cada procedimento, a relação entre o n.º de procedimentos com critérios ambientais e o n.º total desse procedimento), o concurso limitado por prévia qualificação (um procedimento com uma expressão muito residual na totalidade dos procedimentos) é o que tem maior incidência, registando-se 14,87% com critérios ambientais, seguindo-se o concurso público com 5,02%; os procedimentos de consulta prévia e os realizados ao abrigo das medidas especiais de contratação (MEC), ficam-se por valores próximos dos 3%, e o ajuste direto e ao abrigo de acordo quadro, respetivamente, por aproximadamente 1% e 0,6%.

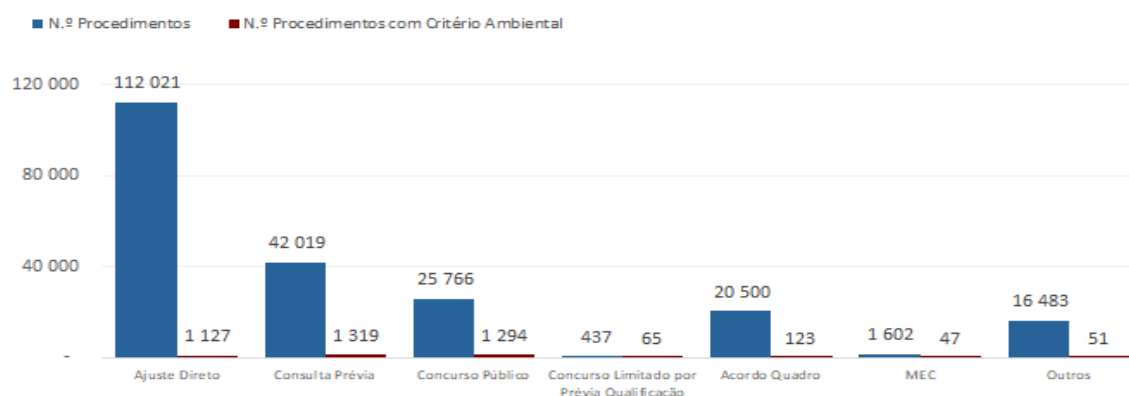
Quadro 3 – Peso dos procedimentos com critérios ambientais

Tipo de Procedimento	N.º Procedimentos	N.º Procedimentos com Critério Ambiental	% com Critério Ambiental
Ajuste Direto	112 021	1 127	1,01%
Consulta Prévia	42 019	1 319	3,14%
Concurso Público	25 766	1 294	5,02%
Concurso Limitado por Prévia Qualificação	437	65	14,87%
Acordo Quadro	20 500	123	0,60%
MEC	1 602	47	2,93%
Outros	16 483	51	0,31%
Total	218 828	4 026	1,84%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Gráfico 8 – Procedimentos com e sem critérios ambientais, por tipo de procedimento

N.º Procedimentos total e com critério ambiental

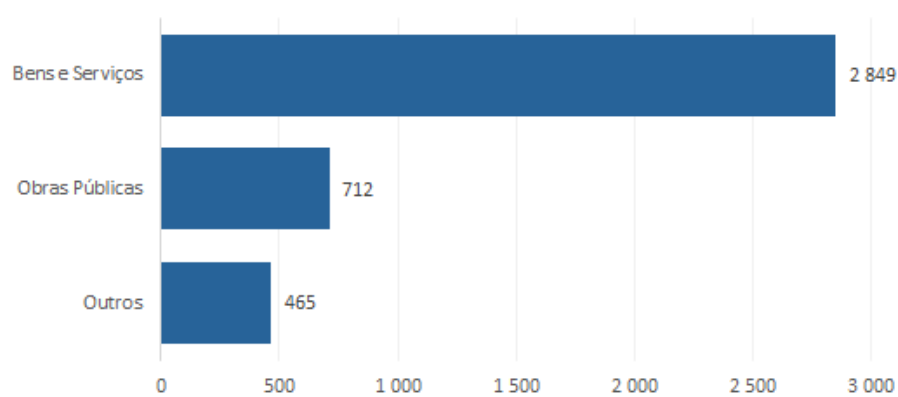


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Focando a análise no tipo de contrato, os procedimentos que precederam os contratos de bens e serviços foram, em número absoluto, os que registaram o maior número com critérios ambientais (2.849 procedimentos), ficando-se os procedimentos dos contratos de obras públicas apenas pelos 712 com critérios ambientais.

Gráfico 9 – Procedimentos com critérios ambientais, por tipo de contrato

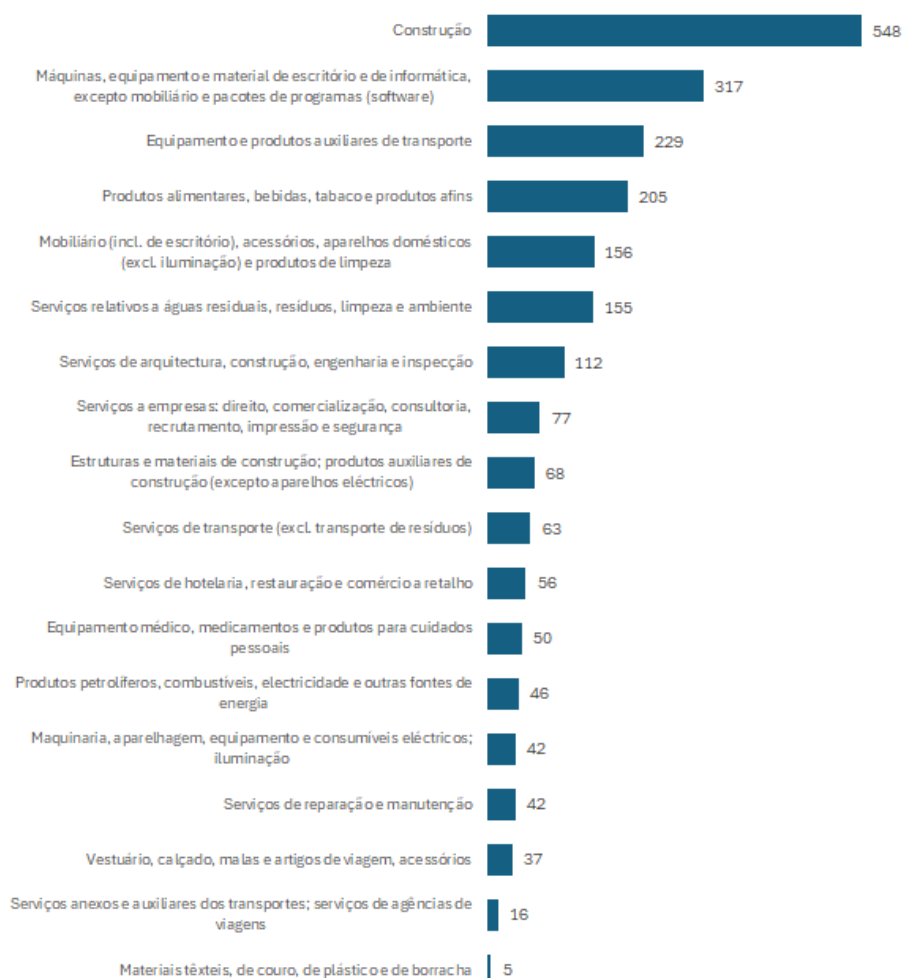
Nº Procedimentos com Critério Ambiental por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Focando a análise, agora, nos grupos de produtos e serviços prioritários identificados no Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas - ECO360 (PA ECO360), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2024, foram registados, com mais de 100 procedimentos, por ordem decrescente, no grupo: «Construção» - 548, «Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, exceto mobiliário e pacotes de programas (software)» - 317, «Equipamento e produtos auxiliares de transporte» - 229, «Produtos alimentares, bebidas, tabaco e produtos afins» - 205, «Mobiliário (incl. de escritório), acessórios, aparelhos domésticos (excl. iluminação) e produtos de limpeza» - 156, «Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente» - 155, «Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção» - 112.

Gráfico 10 – Procedimentos por produtos e serviços prioritários da ECO 360



Fonte: portal BASE (maio 2026)

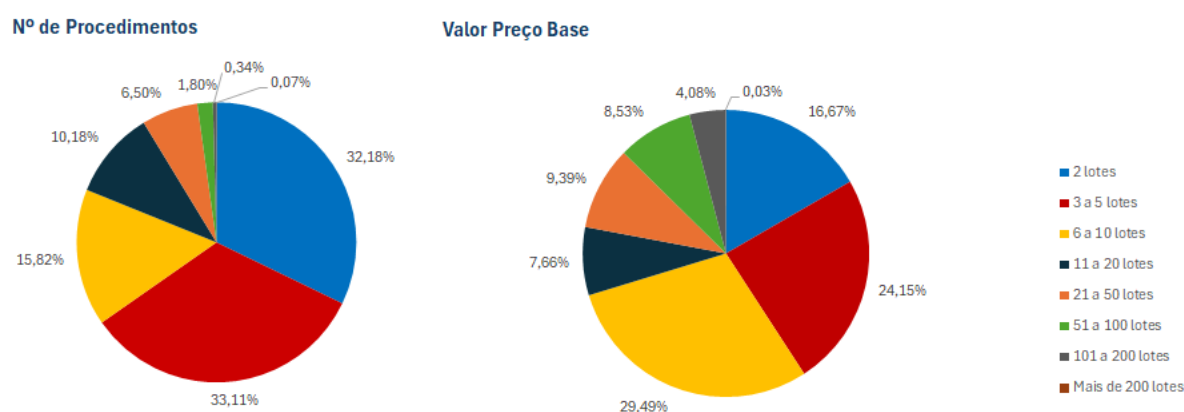
4.4. PROCEDIMENTOS COM LOTES

A finalidade do lançamento dos procedimentos por lotes é a de incrementar a concorrência dentro de cada procedimento e promover a participação das PME.

No ano de 2025, foram registados no portal BASE 20.535 procedimentos com lotes, representando 9,38% do total dos procedimentos.

Quanto ao número de lotes, verificou-se que os procedimentos com 2 lotes e com 3 a 5 lotes foram os mais frequentes (respetivamente, 32,18% e 33,11% do total) no que refere ao valor dos procedimentos, o mais representativo foi o grupo dos procedimentos com 6 a 10 lotes (29,49% do total), seguido do grupo 3 a 5 lotes (24,15% do total).

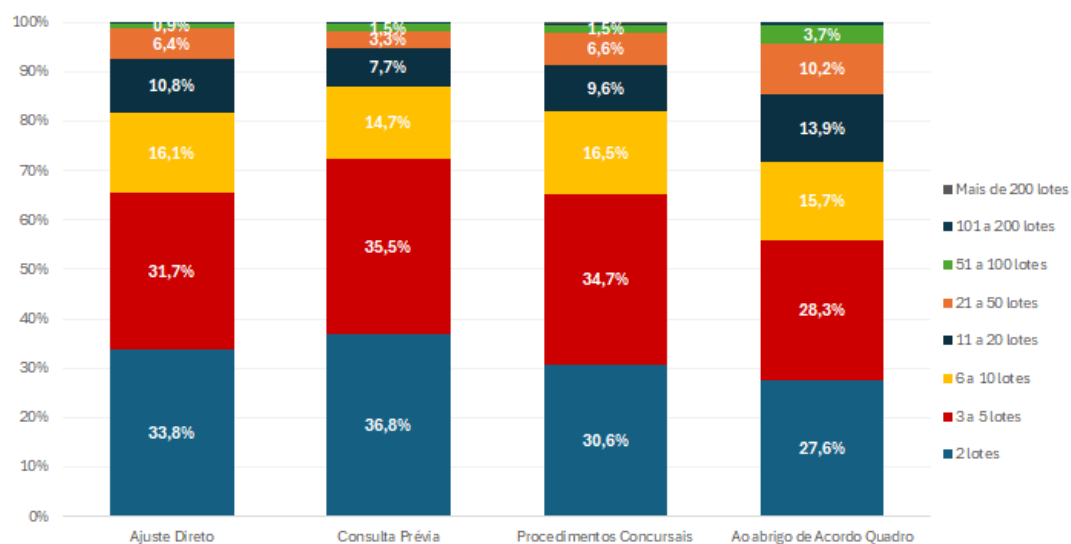
Gráfico 11 – Procedimentos com lotes, por número de lotes mais frequente, em número de procedimentos e valor preço base



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Na distribuição por tipo de procedimento, em todos os tipos de procedimento, e sem grandes diferenças, verificou-se a maior frequência nos procedimentos com 2 lotes e com 3 a 5 lotes.

Gráfico 12 – Número de lotes mais frequente nos procedimentos com lotes, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

4.5. MEDIDAS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO

A Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, veio estabelecer um regime especial de contratação pública (MEC), tendo em conta a fonte de financiamento dos contratos, ou o objeto dos contratos a celebrar, ou ainda o enquadramento em instrumento de recuperação. Com este regime foram criados procedimentos ditos simplificados com o objetivo de simplificar e agilizar a formação dos contratos previstos nesse regime. Chama-se a atenção que os dados a seguir apresentados e analisados correspondem a um segmento específico de procedimentos comunicados ao portal BASE, concretamente: procedimentos com MEC e data de decisão de contratar em 2025.

Assim, nestes termos específicos, foram reportados ao portal BASE 1.937 procedimentos ao abrigo das MEC, com data de decisão de contratar em 2025, no valor total de 398,8 M€..

Constatou-se uma maior incidência na utilização dos procedimentos Ajuste direto simplificado e de Consulta prévia simplificada.

Quadro 4 – Procedimentos com MEC, por tipo de procedimento, em número e valor preço base

Tipo de Procedimento	N.º Procedimentos	Preço Base (M€)
Ajuste Direto Regime Geral ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	15	0,57
Ajuste direto simplificado ao abrigo da Lei n.º 30/2021, de 21.05	1145	2,32
Concurso limitado por prévia qualificação simplificado	2	3,48
Concurso limitado por prévia qualificação simplificado - conceção-construção	1	4,38
Concurso público - conceção-construção	25	105,03
Concurso público simplificado	58	92,94
Concurso público simplificado - conceção-construção	12	32,50
Consulta prévia ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05	14	1,89
Consulta prévia ao abrigo do artigo 7º da Lei n.º 30/2021, de 21.05 - conceção-construção	1	0,05
Consulta Prévia Simplificada	658	152,42
Consulta Prévia Simplificada - conceção-construção	6	3,21
Total	1937	398,80

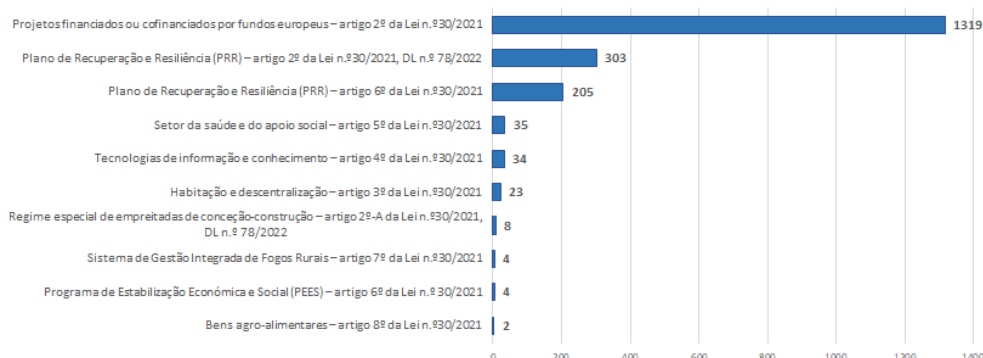
Fonte: portal BASE

Os procedimentos ao abrigo das MEC, apresentaram em 2025 a seguinte distribuição, em função da medida, predominando em número de procedimentos e em valor de preço base, os projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus previstos no artigo 2.º, representando cerca de 69% do número de procedimentos MEC.

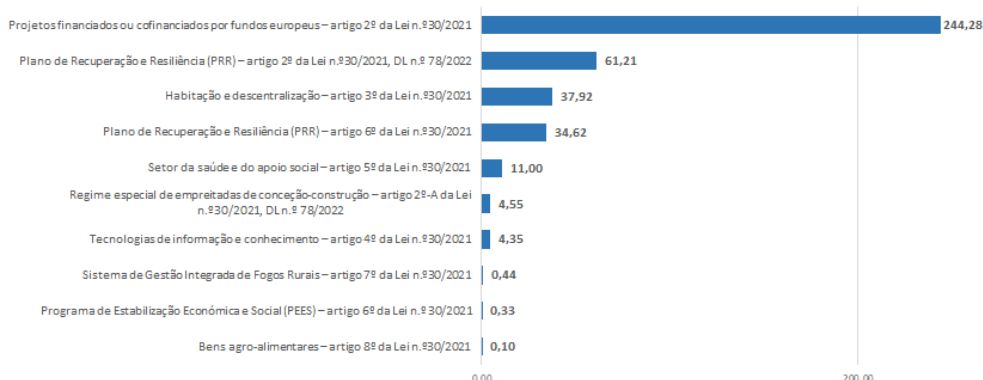
A medida onde menos se aplicou as MEC foi na categoria de Bens agro-alimentares-artigo 8º da Lei n.º 30/2021, com apenas 3 procedimentos. As empreitadas de conceção-construção foram utilizadas em 45 procedimentos. A conceção-construção não é propriamente uma área de intervenção das medidas especiais, mas uma variação ao estatuído no artigo 43.º n.º 3 do CCP no que diz respeito à excecionalidade da adoção desta modalidade em que se submete à concorrência, em simultâneo, a conceção da obra e a sua execução.

Gráfico 13 – Procedimentos com MEC, por medida, em número e valor preço base

Nº Procedimentos



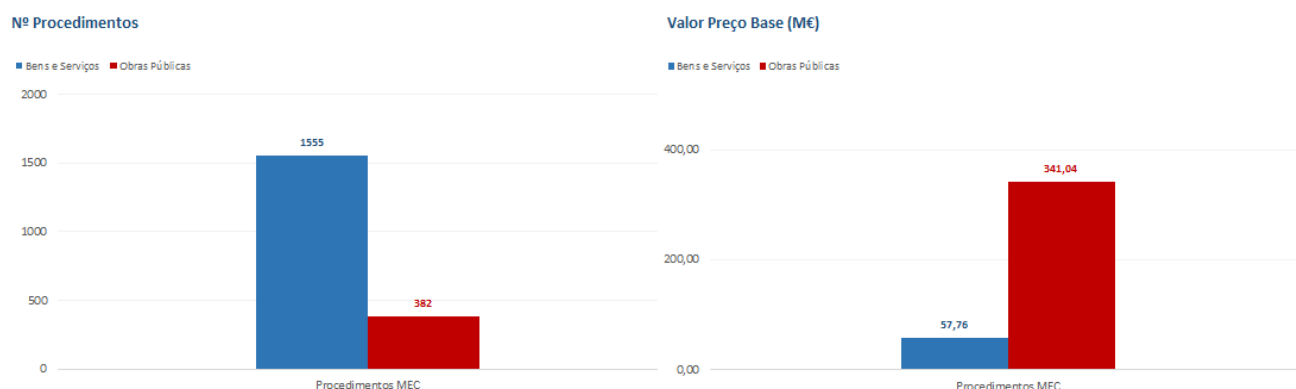
Valor Preço Base (M€)



Fonte: portal BASE

Os procedimentos ao abrigo das MEC, foram sobretudo para celebração de contratos de aquisição de bens e serviços, representando, em 2025, cerca de 80% do total de procedimentos MEC. E em termos de valor de preço base, a maior representatividade corresponde a contratos de obras públicas (77%).

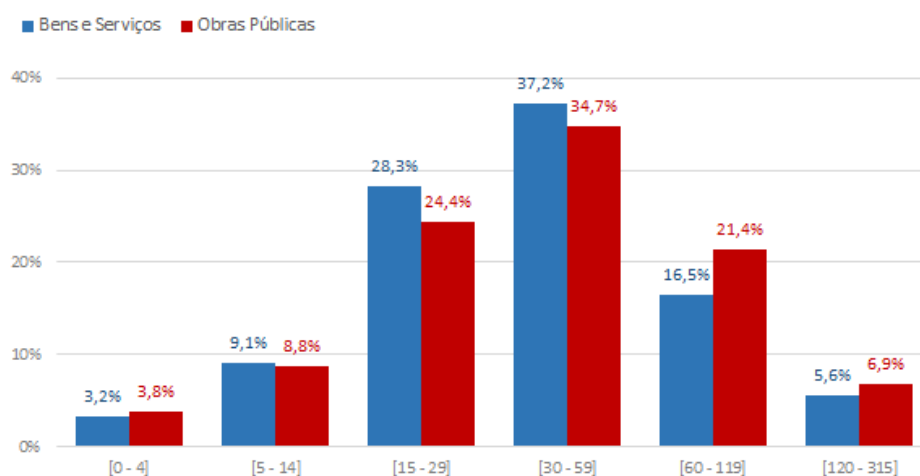
Gráfico 14 – Número e valor total/preço base de procedimentos MEC, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, que neste caso é considerado como o número de dias entre a data da decisão de contratar e a data de decisão de adjudicação, constatamos que a maior incidência foi entre 30 até 59 dias (representativo de 37,2% no caso de bens e serviços e 34,7% no caso de obras públicas).

Gráfico 15 – Intervalo de duração do procedimento MEC (em dias), por tipo de contrato



Fonte: portal BASE



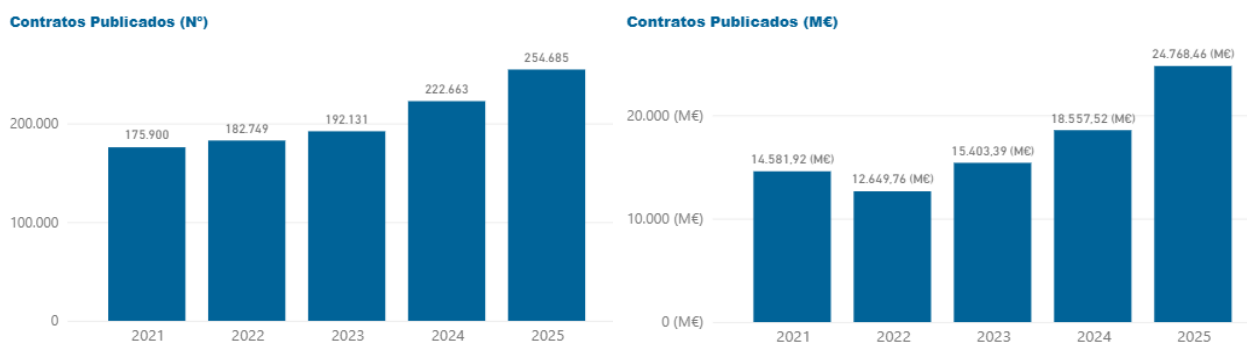
5. Os Contratos Públicos

5. OS CONTRATOS PÚBLICOS

No ano de 2025, os 254.685 contratos reportados ao portal BASE pelas entidades adjudicantes atingiram o valor contratual global aproximado de 24,77 mil milhões de euros. São os números mais altos dos últimos 5 anos.

Face a 2024, foram registados mais 32.022 contratos (+14%) e um valor global de preço contratual de mais 6.211 milhões de euros (+33%).

Gráfico 16 – Evolução dos contratos 2021 a 2025



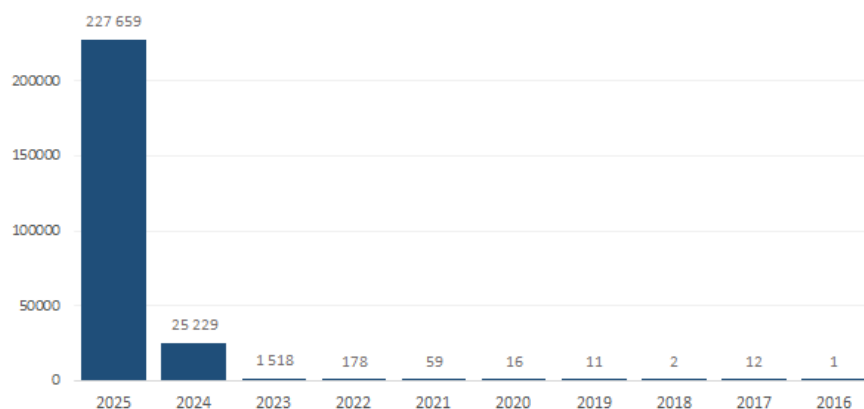
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Analizando os contratos comunicados em 2025 por ano de criação do procedimento no portal BASE, verificou-se que 89,4% (em número) e 66,2% (em valor) se referem a procedimentos criados em 2025. Há, no entanto, um número ainda considerável de contratos que na sua base estiveram procedimentos anteriores a 2025 (v.g. 25.229 criados em 2024, 1.518 em 2023)

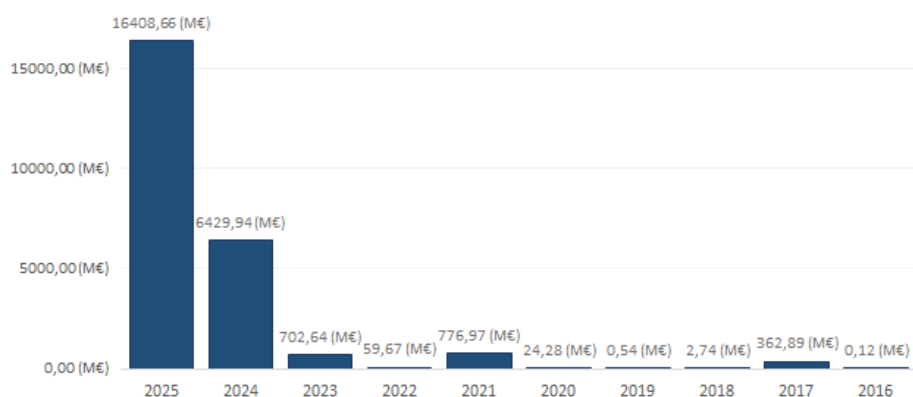
Não é, contudo, possível extrapolar estes números para o início do procedimento (que, como é sabido, se inicia com a decisão de contratar, que não está aqui em avaliação), ainda que se admita que, na esmagadora maioria dos casos, entre um momento e outro não decorra um número significativo de dias.

Gráfico 17 – Contratos por ano de criação do procedimento, em número e preço base

Nº Contratos por Ano Criação Procedimento



Valor Contratual (M€) por Ano Criação Procedimento

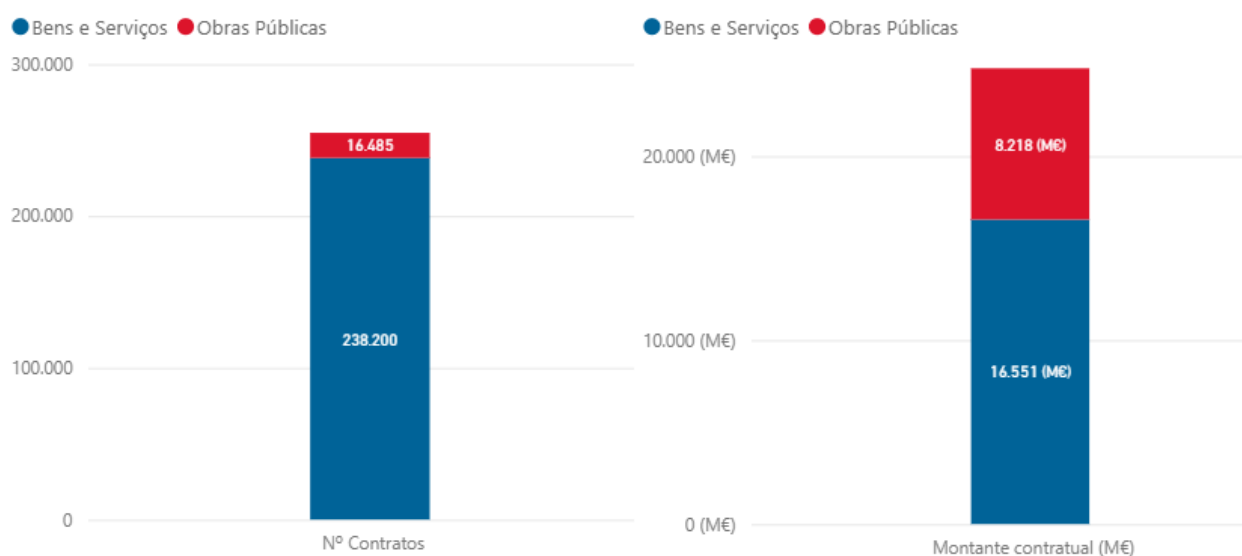


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.1. CONTRATOS POR TIPO DE CONTRATO

Do número de contratos reportados ao portal BASE no ano de 2025, a grande maioria (93,5%) respeitou a aquisição de bens e serviços. Relativamente aos montantes contratuais, os bens e serviços foram, igualmente, maioritários, ainda que com uma menor expressão relativa (66,8%).

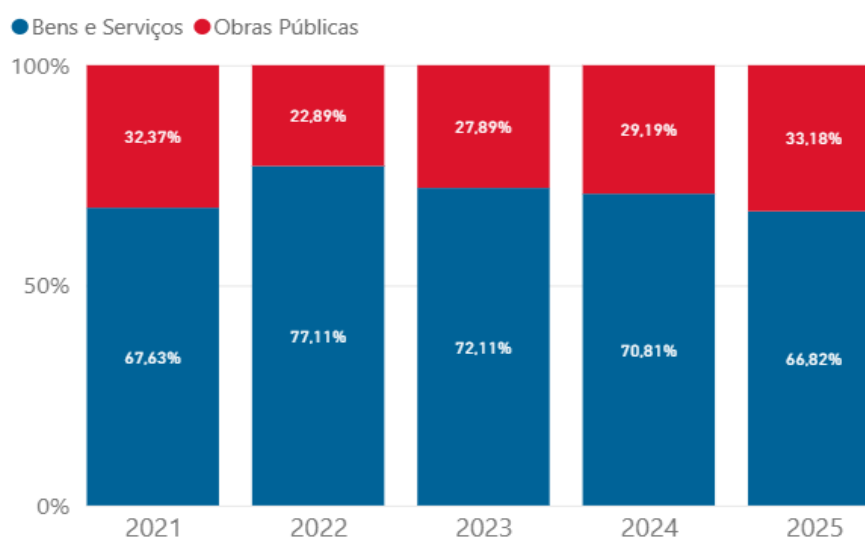
Gráfico 18 – Contratos por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

A estrutura dos contratos públicos em 2025 seguiu a tendência dos últimos anos, em que, por montantes contratuais, o peso dos contratos relativos a obras públicas¹ é inferior aos de aquisição de bens e serviços. Em 2025 o seu peso ficou-se pelos 33,18%, ainda que tenha crescido 13,99 p.p. face a 2024.

Gráfico 19 - Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2021 a 2025



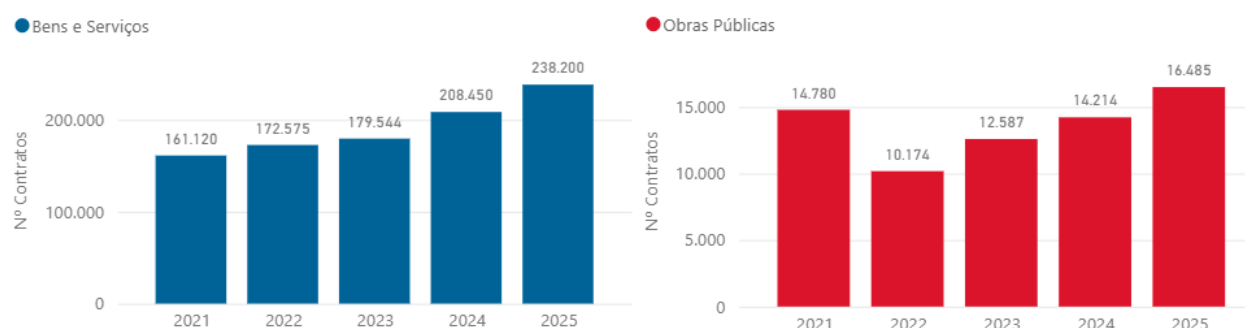
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

¹ Considerando-se incluído nas «obras públicas» os serviços relacionados com obras públicas

Nos últimos anos, o número dos contratos relativos a bens e serviços publicados tem mantido uma tendência de crescimento. Em 2025 verifica-se um acréscimo de 14,3% face ao ano de 2024 (+29.750), 32,7% face ao ano de 2023 (+58.665), e um acréscimo de 47,8% (+77.080) face ao ano de 2021.

No que respeita às obras públicas, em 2025 registou-se um acréscimo do número de contratos face a 2024 (variação de +16,0%, +2.271 contratos) e face a 2023 (variação de +31,0%, +3.898 contratos), e finalmente é superado 2021 (variação de +11,5%, +1.705 contratos).

Gráfico 20 - Número de contratos publicados nos anos de 2021 a 2025

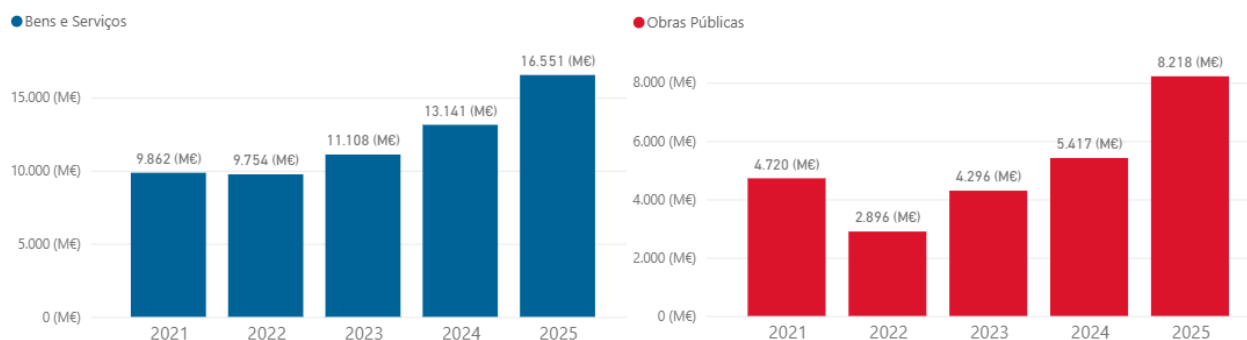


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Relativamente ao valor dos contratos publicados, os valores são os mais altos comunicados nos últimos 5 anos.

No caso dos bens e serviços, registou-se um aumento de 25,9% (+3.410 milhões de euros) face a 2024 e de 67,8% (+6.689 milhões de euros) face a 2021. Quanto às obras públicas, registou-se uma variação de +51,7% (+2.801 milhões de euros) face a 2024 e superou o ano de 2021 em +74,1% e +3.498 milhões de euros.

Gráfico 21 - Valor dos contratos publicados nos anos de 2021 a 2025



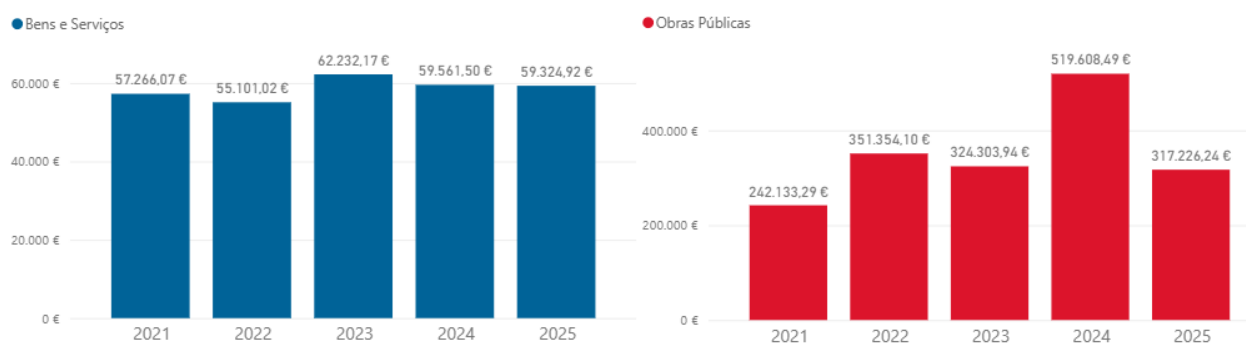
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Quanto ao valor médio por contrato, no caso dos bens e serviços, o valor médio deste tipo de contratos em 2025 foi de 59.324,92€, revelando uma redução de 0,4% (-236,58€, em média, por contrato) face ao ano de 2024.

No caso das obras públicas, em 2025, o valor médio dos contratos foi de 317.226,24 €, o que representou um decréscimo face ao ano de 2024 de 38,9%, (-202.382,25€, em média, por contrato).

Significa isto que, à semelhança dos anos anteriores, em termos de valor, no caso de empreitadas de obras públicas fica acima do limite do procedimento consulta prévia (<150.000 €), mas abaixo dos limiares europeus (5.538.000,00 €), e no caso de bens e serviços fica dentro dos limites do procedimento consulta prévia (<75.000€).

Gráfico 22 - Valor médio dos contratos publicados nos anos de 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.2. CONTRATOS POR CLASSIFICAÇÃO “VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS” (CPV)

Numa breve análise por CPV, dos dez mais frequentes, por ordem decrescente, constatamos que os contratos de empreitadas de obras públicas predominam sobre a restante despesa, sobretudo por força da «Construção», que representa 42,01% do valor contratual total, seguindo-se a despesa com o grupo «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais», com 21,48%; em último lugar, mas ainda numa posição relevante, aparecem os «Serviços de reparação e manutenção», com 2,72% do valor total contratual.

Quadro 5 - Distribuição da contratação por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
45	Construção	16.485	10,66%	8.218.094.783,41 €	42,01%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	81.394	49,05%	4.202.215.845,77 €	21,48%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	5.371	3,47%	1.401.330.972,59 €	7,16%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	2.860	1,95%	1.182.690.299,42 €	6,05%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	5.315	3,51%	1.180.668.298,71 €	6,04%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	14.634	9,53%	908.396.839,14 €	4,64%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	8.564	5,54%	771.343.244,91 €	3,94%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	9.592	6,21%	622.293.463,55 €	3,18%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	4.836	3,12%	542.541.362,44 €	2,77%
50	Serviços de reparação e manutenção	10.640	6,96%	532.916.221,81 €	2,72%
Total		159.691	100,00%	19.562.491.331,7...	100,00%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

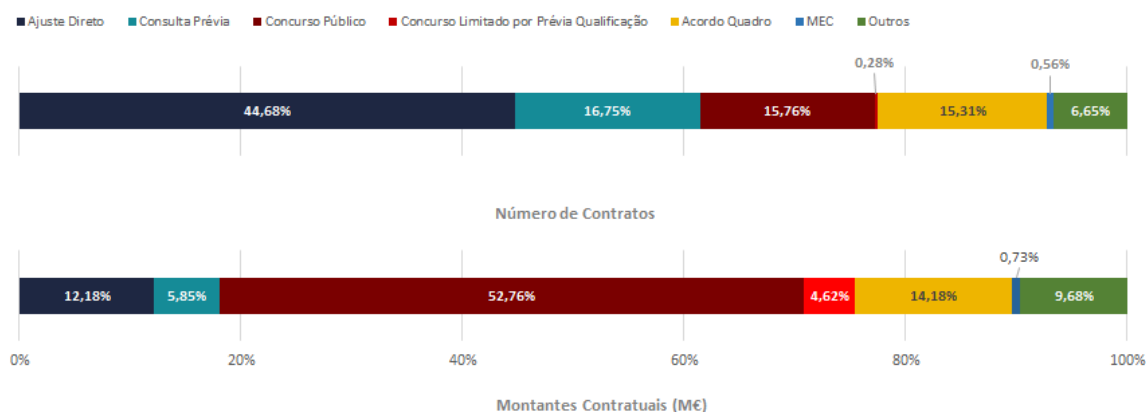
5.3. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Dos contratos publicados durante o ano de 2025, o tipo de procedimento a que se recorreu com maior frequência foi o ajuste direto, representando 44,68% do número total de procedimentos, seguindo-se a consulta prévia (16,75%) e o concurso público (15,76%).

Em termos de montantes contratuais, o peso relativo dos ajustes diretos e consultas prévias foi menor (12,18% e 5,85% respetivamente). O concurso público é, sem dúvida, o que contribui mais expressivamente, representando 52,76% do total dos montantes contratuais.

Nesta análise, os tipos de procedimentos a que se recorreu com frequência residual (pouco representativos para o estudo) foram agrupados em “Outros” e incluem: ajuste direto simplificado, sectores especiais – isenção parte II, contratação excluída II e procedimentos de negociação.

Gráfico 23 - Contratação Pública por tipo de procedimento

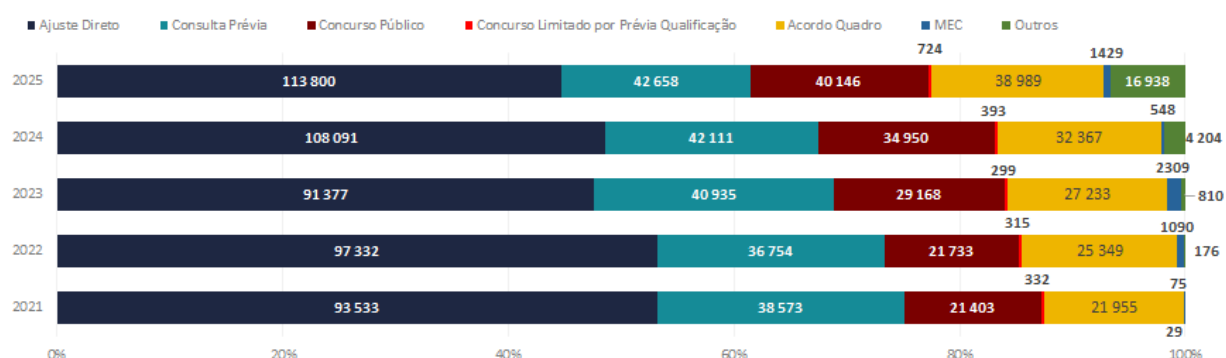


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em todos os tipos de procedimento, e face ao ano de 2024, foi registado um aumento dos contratos celebrados, concretamente: +5,28% contratos celebrados na sequência de ajuste direto, +1,30% contratos decorrentes de procedimentos de consulta prévia, +14,87% contratos precedidos de concurso público e +84,22% contratos precedidos de concurso limitado por prévia qualificação, +20,46% contratos decorrentes de procedimentos ao abrigo de acordo quadro e um grande aumento, + 160,77%, nos contratos resultantes dos procedimentos MEC.

Finalmente, verificou-se um grande aumento dos contratos precedidos de outros procedimentos com menos expressão (>300%), agrupados em “Outros”, justificado pela comunicação crescente da informação relativa à formação de todos os contratos e não apenas dos contratos sujeitos à parte II do CCP.

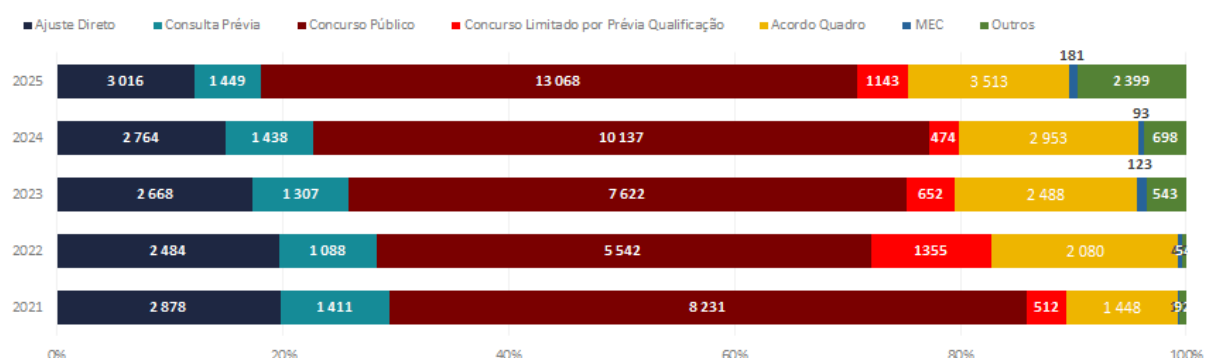
Gráfico 24 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Fazendo a análise pelo montante contratual, destacam-se os contratos precedidos de concurso público, com uma variação de +28,91%, e os contratos decorrentes de concurso limitado por prévia qualificação, com uma variação superior a +140%.

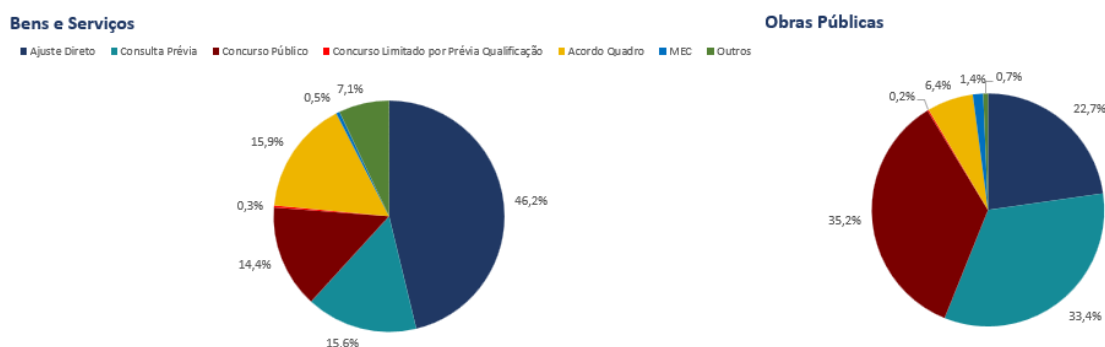
Gráfico 25 – Montantes contratuais (M€) por tipo de procedimento: evolução 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Analisando a utilização dos diversos procedimentos de contratação por tipo de contratos, constatamos que, em número, o peso dos ajustes diretos é mais relevante no caso dos bens e serviços (46,2%) do que nas obras públicas (22,7%). O mesmo já não sucede com os concursos públicos e os procedimentos por consulta prévia, mais relevantes nos contratos de obras públicas (35,2% e 22,7%, respetivamente) do que nos contratos de aquisição de bens e serviços (14,4% e 15,6%, respetivamente).

Gráfico 26 - Número de contratos por tipo de procedimento e contrato (2025)



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Por montantes contratuais, os contratos decorrentes de procedimentos por concurso público são os que têm maior peso independente do tipo de contrato (representando 38,0% nos bens e serviços e 82,5% nas obras públicas).

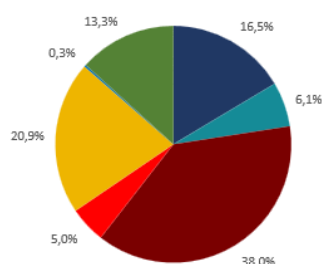
Já os realizados ao abrigo de acordo quadro têm um grande peso apenas nos bens e serviços (20,9%).

Os montantes dos contratos celebrados na sequência de ajustes diretos representam 16,5% no caso de aquisição de bens e serviços e apenas 3,6% no caso dos contratos de obras públicas, enquanto os precedidos de consulta prévia têm pesos aproximados: 6,1% nos bens e serviços e 5,3 % nas obras públicas.

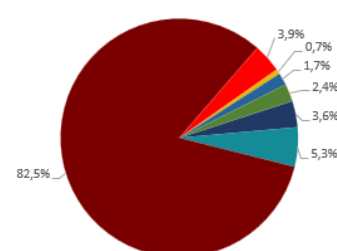
Gráfico 27- Montantes contratuais por tipo de procedimento e contrato (2025)

Bens e Serviços

■ Ajuste Direto ■ Consulta Prévia ■ Concurso Público ■ Concurso Limitado por Prévia Qualificação ■ Acordo Quadro ■ MEC ■ Outros



Obras Públicas

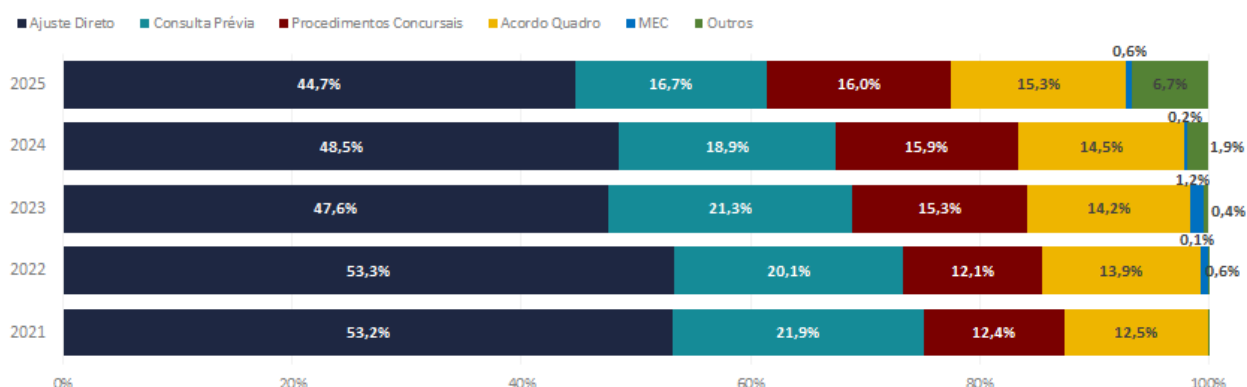


Fonte: portal BASE (junho 2025)

5.4. CONTRATOS PRECEDIDOS DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS *VERSUS* DE PROCEDIMENTOS POR CONVITE

Em 2025, mantém-se a tendência de aumento do peso dos contratos precedidos por procedimentos concursais (aqui incluindo-se, apenas, os concursos públicos e concursos limitados por prévia qualificação), representando 16,0%, um aumento de 0,1 p.p. face a 2024 e de 3,6 p.p. face a 2021. Mantém-se também a tendência de diminuição do peso relativo dos contratos precedidos por procedimentos de ajuste direto e de consulta prévia: 61,4% em 2025 (correspondente à soma dos valores respetivos: 44,7% e 16,7%), 67,4% em 2024 e 75,1% em 2021, a que corresponde uma redução de 6,0 p.p. face a 2024 e de 13,7 p.p. face a 2021.

Gráfico 28 - Peso relativo dos procedimentos, em razão do número de contratos comunicados, nos anos de 2021 a 2025

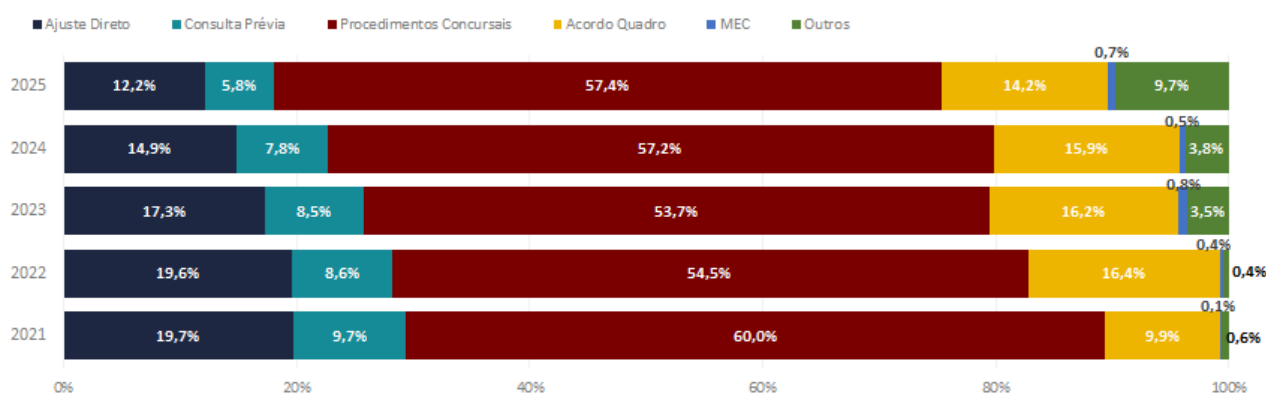


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Analizando o peso dos contratos em razão do montante contratual, os precedidos de procedimentos concursais foram os que tiveram maior peso (57,4% em 2025, 0,2 p.p. acima de 2024, mas 2,60 p.p abaixo de 2021).

Os ajustes diretos têm vindo a perder peso, mas, ainda assim, juntamente com a consulta prévia, representaram 18% do montante contratual, -4,7 p.p. face a 2024 e -11,4 p.p. face a 2021.

Gráfico 29 - Peso relativo dos procedimentos, em razão dos montantes contratuais comunicados, nos anos de 2021 a 2025

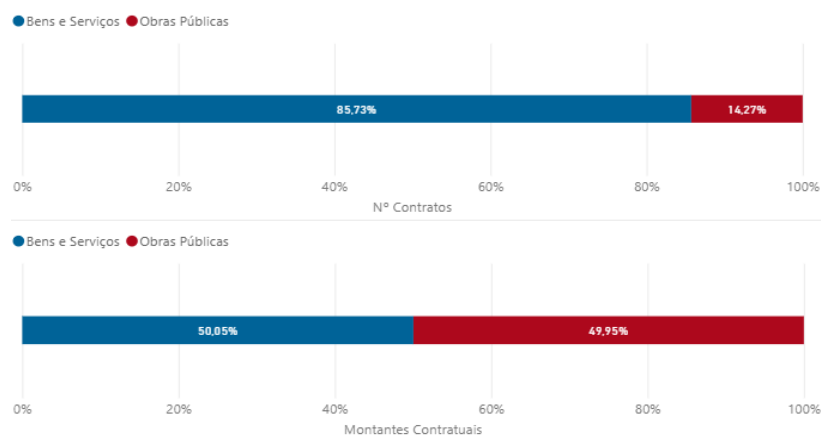


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.4.1.CONTRATOS PRECEDIDOS POR PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Nos procedimentos concursais (considerando neste grupo para além dos concursos públicos e dos concursos limitados por prévia qualificação, os concursos públicos simplificados e os concursos limitados por prévia qualificação simplificados), 85,73% dos contratos e 50,05% dos montantes contratuais respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 14,27% dos contratos, mas 49,95% dos montantes contratuais, respeitantes a contratos relacionados com obras públicas.

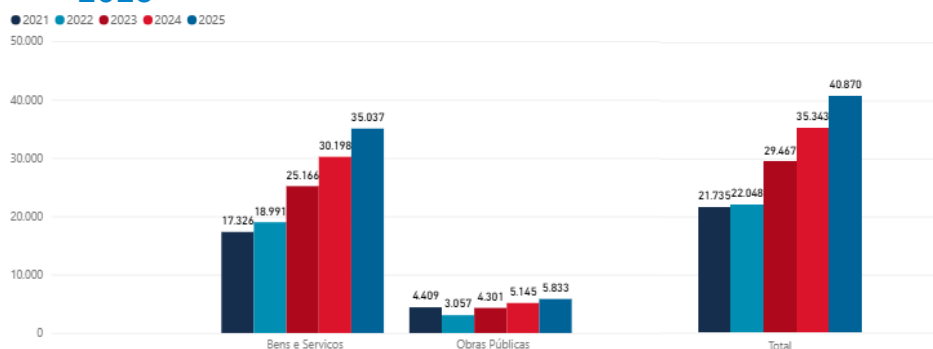
Gráfico 30 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Tendo em conta os contratos reportados no ano de 2025, os dados apurados revelam um aumento global do número de contratos decorrentes de procedimentos concursais de aproximadamente 15,6%: no caso dos bens e serviços registou-se um aumento de 16,0% e, no caso das obras públicas um aumento de 13,4%.

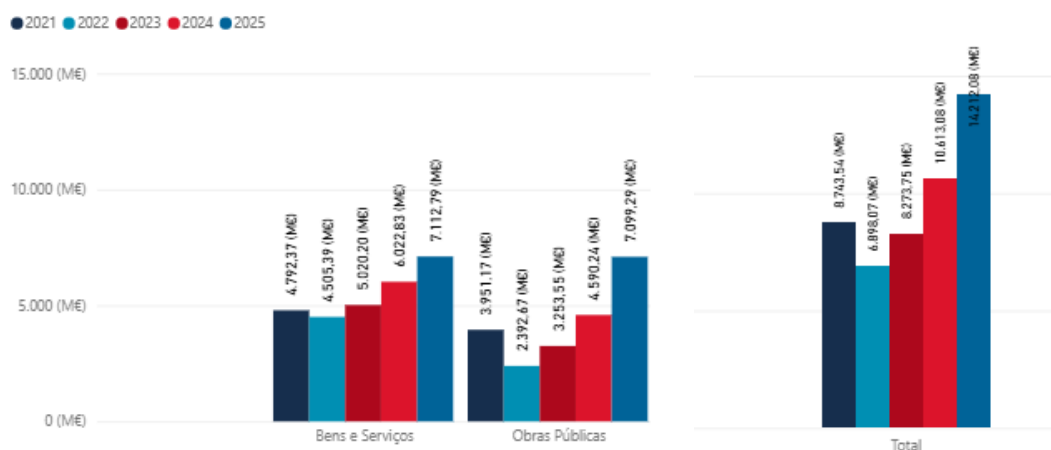
Gráfico 31 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em termos de montantes contratuais, verificou-se igualmente um aumento face a 2024 (+33,9%), sendo os valores mais altos reportados nos últimos cinco anos.

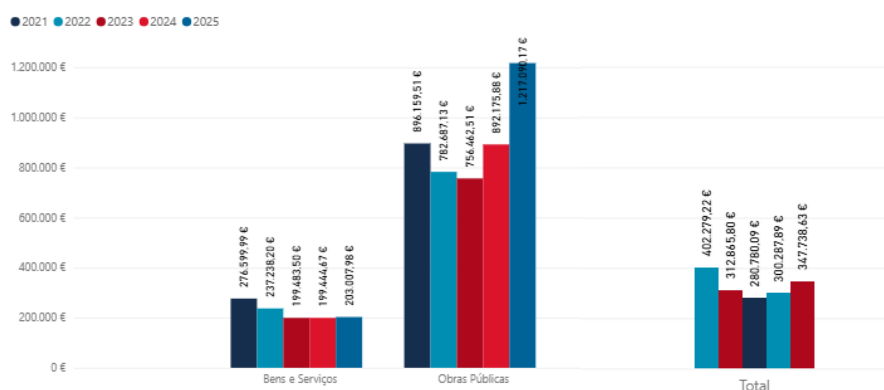
Gráfico 32 - Montantes dos contratos (M€) decorrentes de procedimentos concursais: 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No que respeita ao valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, em 2025 por comparação com 2024, assistiu-se a um acréscimo de apenas 1,8% no caso de aquisição de bens e serviços e 36,4% nos contratos relacionados com obras públicas. Em termos globais, o valor médio aumentou 15,8%.

Gráfico 33 - Valor médio dos contratos (€) decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2021 a 2025



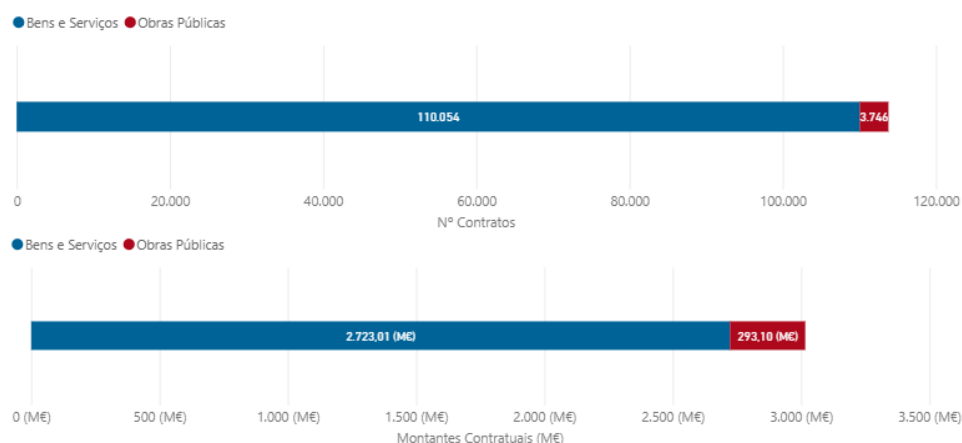
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.4.2.CONTRATOS PRECEDIDOS DE AJUSTE DIRETO

Dos 113.800 contratos comunicados em 2025 que foram precedidos do procedimento de ajuste direto (sem simplificados), 96,7% (110.054) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 3,3% (3.746) referiram-se a contratos de obras públicas.

Em termos de montantes contratuais, 2.723,01 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, e 293,1 milhões de euros, respeitaram a obras públicas.

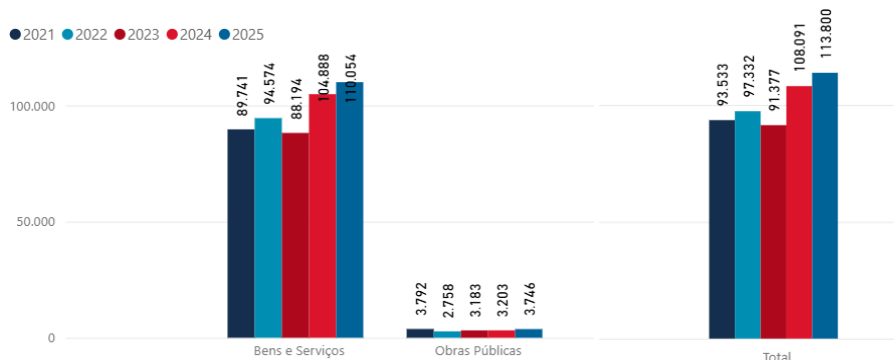
Gráfico 34 - Ajustes diretos em 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Por comparação com o ano de 2024, o número global de contratos por ajuste direto aumentou (+5,3%). Analisando por tipo de contrato, face a 2024, verifica-se um aumento de 4,9% nos contratos de bens e serviços e de 17,0% nos contratos de empreitadas de obras públicas.

Gráfico 35 - Número de contratos por ajuste direto: 2021 a 2025

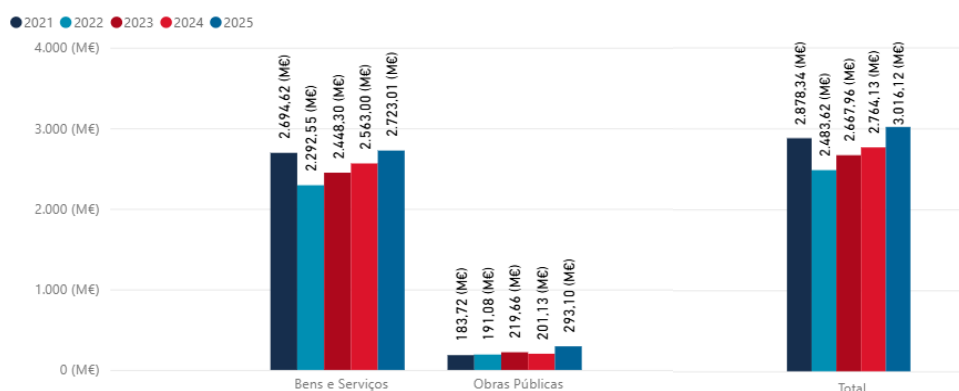


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em termos de montantes contratuais envolvidos, verificou-se um acréscimo em termos globais, de 9,1% face a 2024, e de 4,8% face a 2021, o ano anteriormente com os valores mais elevados.

Por tipo de contrato, verifica-se um aumento de 6,2% nos contratos de bens e serviços e de 45,7% nos de empreitadas de obras públicas.

Gráfico 36 - Valor dos contratos (M€) por ajuste direto: 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

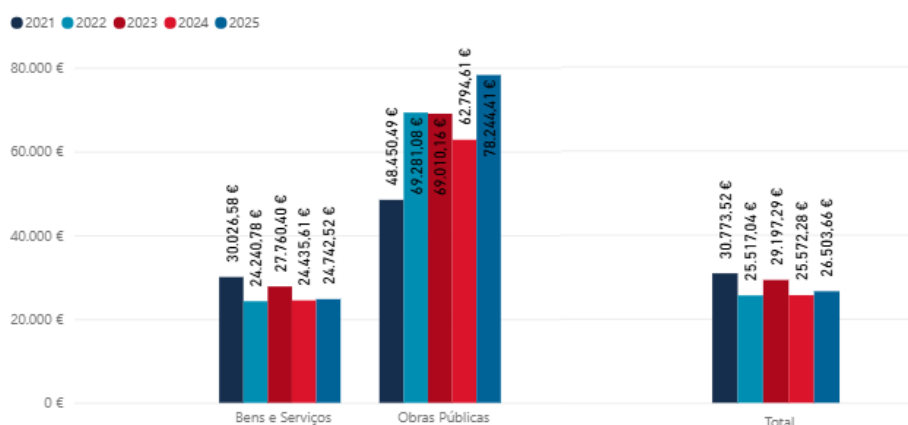
No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais, no ano de 2025, foi de 26.503,66 €, o que corresponde a um aumento de 3,6% face ao ano anterior (+931,38 €, em média, por contrato).

Por tipo de contrato, nos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2025, foi de 24.742,52€, um acréscimo de 1,3% face a 2024 (+306,91 €, em média, por contrato), superior ao limite do valor do contrato do procedimento do ajuste direto (<20.000€).

Já no caso dos contratos relativos a obras públicas, o valor médio por contrato foi de 78.244,41 €, um acréscimo de 24,6% face a 2024 (+15.449,80 €, em média, por contrato), superior ao limite do valor do contrato do procedimento do ajuste direto (<30.000€).

Recorda-se, contudo, que os limites não são aplicáveis quando a escolha do procedimento é feita em função de critérios materiais.

Gráfico 37 - Valor médio dos contratos (€) por ajuste direto: 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No que concerne ao tipo de contratos e segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, o vocabulário comum para os contratos públicos, nos dez CPV mais predominantes destacam-se o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (com o peso de 42,00% em valor contratual e 47,83% em número de contratos), seguido da «Construção» (com o peso de 12,77% em valor contratual e de 4,66% em número de contratos) e dos «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (com o peso 8,76% em valor contratual e de 10,52% em número de contratos).

Este conjunto de dez CPV, correspondente a 81.834 contratos e 2.295,80 M€ de valor contratual, representa 71,9% do número total dos 113.800 contratos e 76,1% do valor contratual total de 3.016,11 M€, registado em 2025 por recurso a ajuste direto.

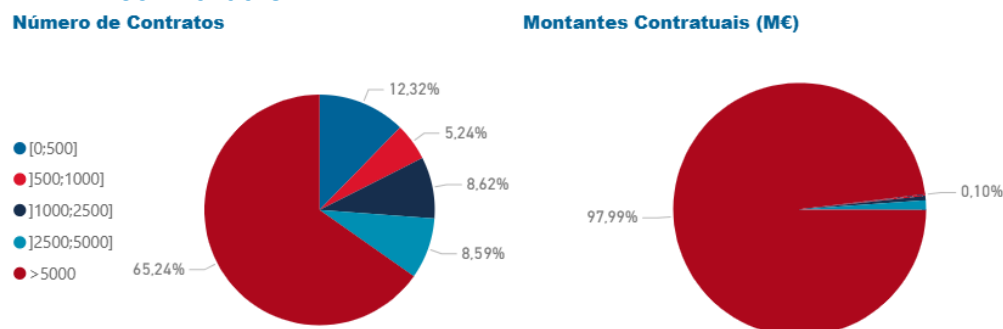
Quadro 6 – Ajustes diretos em 2025, nos 10 CPV mais frequentes

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	40.690	47,83%	964.222.881,80 €	42,00%
45	Construção	3.746	4,66%	293.103.564,76 €	12,77%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	8.242	10,52%	201.127.848,13 €	8,76%
50	Serviços de reparação e manutenção	6.894	8,82%	162.798.427,88 €	7,09%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	5.187	6,58%	152.052.813,18 €	6,62%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	7.568	9,89%	137.392.988,59 €	5,98%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	2.464	3,23%	123.642.366,35 €	5,39%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	644	0,81%	100.986.335,71 €	4,40%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	4.422	5,50%	94.788.208,06 €	4,13%
85	Serviços de saúde e acção social	1.977	2,16%	65.680.477,84 €	2,86%
Total		81.834	100,00%	2.295.795.912,31 €	100,00%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em número, são predominantes os contratos de valor superior a 5.000€ (65,24% do número total de contratos). Em montantes contratuais, a maior representatividade está igualmente em contratos com valores acima dos 5.000€ (97,99% do total dos montantes contratuais).

Gráfico 38 - Distribuição dos contratos por ajuste direto, por intervalos de valores contratuais

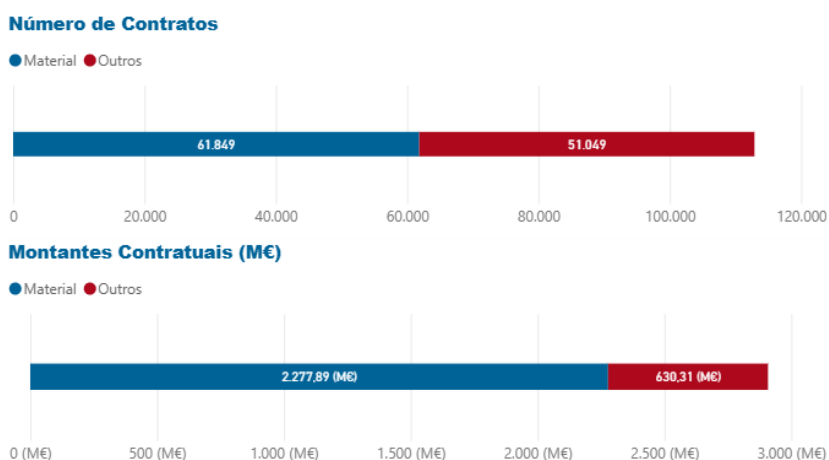


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.4.2.1. AJUSTES DIRETOS POR CRITÉRIOS MATERIAIS

Os contratos celebrados na sequência de procedimento por ajuste direto em função de critérios materiais (que prevê a permissão de celebração de quaisquer contratos não focados no valor do contrato), em 2025 representaram 2.277,89 milhões de euros e corresponderam a 61.849 contratos.

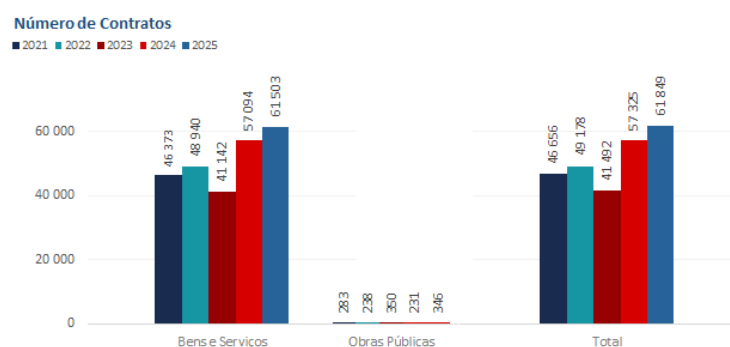
Gráfico 39 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

2025 mantém a tendência de crescimento dos anos anteriores e apenas quebra em 2023. Assim, por comparação com o ano de 2024, observou-se um aumento de 7,89% do número de contratos celebrados decorrentes de procedimentos por ajuste direto fundamentado em critérios materiais. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento de 7,72% verificado nos contratos relativos aos bens e serviços, que representam 99,44% dos contratos com base em critérios materiais.

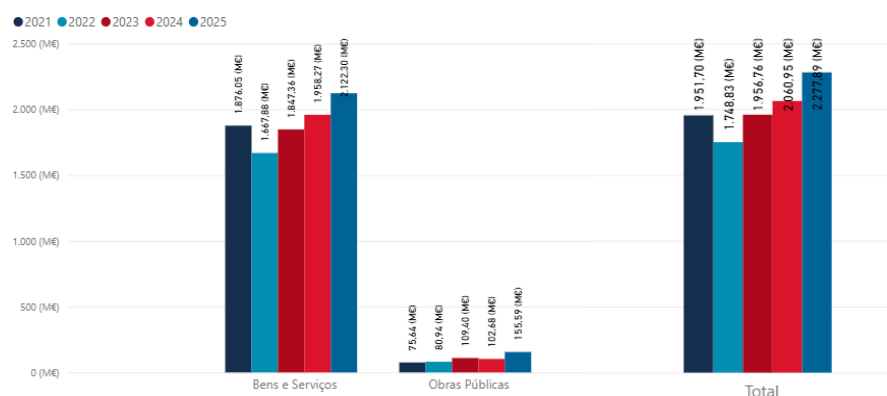
Gráfico 40 - Evolução do número de contratos com base em critério material



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, 2025 corresponde ao valor mais alto dos últimos cinco anos, superando em aproximadamente 10,53% 2024.

Gráfico 41 - Evolução do preço contratual (M€) dos contratos com base em critério material



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

A maior parte dos contratos de bens e serviços 2025 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 5 000 € (52,03%), sendo que 80,15% tiveram um preço contratual inferior a 25 000 € e 91,49% tiveram um preço contratual inferior a 75 000 €.

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 200 000 €: 55,26% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor.

Quadro 7 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, 2025

Intervalos de Montante Contratual com base em critério material (€)	Número de Contratos		Montante Contratual (€)	
	em %	em % acumulada	em %	em % acumulada
[0;500]	21,32%	21,32%	0,12%	0,12%
]500;1.000]	8,53%	29,85%	0,19%	0,31%
]1.000;2.500]	12,42%	42,27%	0,59%	0,90%
]2.500;5.000]	9,76%	52,03%	1,05%	1,95%
]5.000;10.000]	14,22%	66,25%	3,14%	5,09%
]10.000;25.000]	13,90%	80,15%	6,57%	11,66%
]25.000;50.000]	7,76%	87,91%	8,01%	19,67%
]50.000;75.000]	3,58%	91,49%	6,44%	26,11%
]75.000;100.000]	2,06%	93,55%	5,21%	31,32%
]100.000;150.000]	1,98%	95,53%	7,11%	38,43%
]150.000;200.000]	1,25%	96,78%	6,31%	44,74%
]200.000;500.000]	2,35%	99,13%	21,16%	65,90%
>500.000	0,87%	100,00%	34,10%	100,00%
	100,00%		100,00%	

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por ajuste direto com base em critérios materiais, 17,05% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000€, e 50,29% foram celebrados por valor inferior a 150 000€.

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 500 000 €: 75,55%.

Quadro 8 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2025

Intervalos de Montante Contratual com base em critério material (€)	Número de Contratos		Montante Contratual (€)	
	em %	em % acumulada	em %	em % acumulada
[0;500]	0,29%	0,29%	0,00%	0,00%
]1.000;2.500]	1,16%	1,45%	0,00%	0,00%
]2.500;5.000]	2,31%	3,76%	0,02%	0,02%
]5.000;10.000]	3,75%	7,51%	0,06%	0,08%
]10.000;25.000]	9,54%	17,05%	0,36%	0,44%
]25.000;50.000]	11,27%	28,32%	0,94%	1,38%
]50.000;75.000]	7,52%	35,84%	1,02%	2,40%
]75.000;100.000]	7,22%	43,06%	1,40%	3,80%
]100.000;150.000]	7,23%	50,29%	2,02%	5,82%
]150.000;200.000]	6,65%	56,94%	2,64%	8,46%
]200.000;500.000]	20,81%	77,75%	14,99%	23,45%
>500.000	22,25%	100,00%	76,55%	100,00%
	100,00%		100,00%	

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Conforme é possível verificar no quadro seguinte que refere os contratos celebrados nos dez motivos mais frequentes na escolha do procedimento em função de critérios materiais, a «urgência imperiosa» (artigo 24.º n.º 1 alínea c) do CCP) foi a fundamentação mais invocada (88,62% do número total destes contratos, correspondendo a 65,25% dos montantes contratuais).

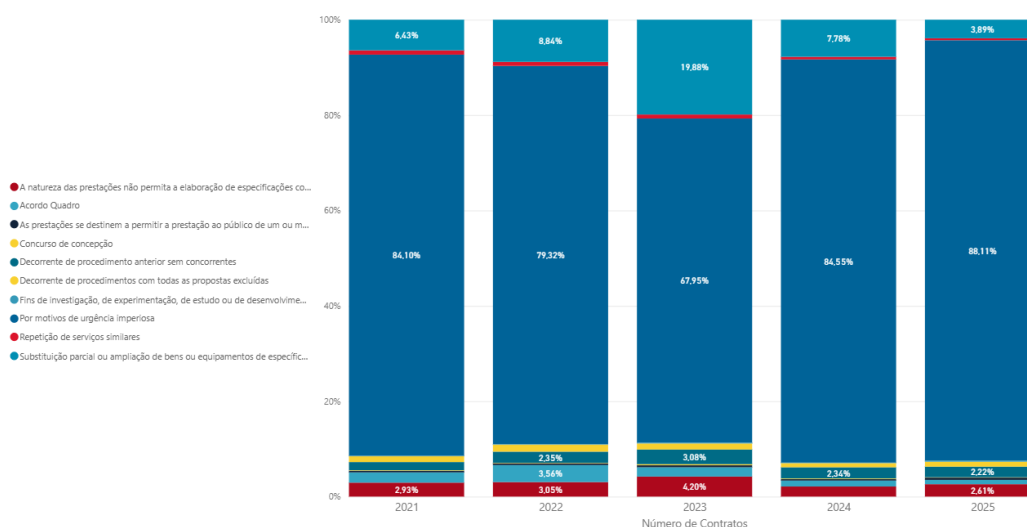
Quadro 9 – Contratos celebrados com base em critério material em 2025, por razão material, nos 10 motivos mais referidos

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	32.405	88,62%	622,62 (M€)	65,25%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	815	2,37%	98,80 (M€)	10,35%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	382	1,05%	59,73 (M€)	6,26%
Substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos de específico uso ...	1.431	3,80%	58,41 (M€)	6,12%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contrat...	959	2,64%	37,70 (M€)	3,95%
Repetição de serviços similares	153	0,45%	30,55 (M€)	3,20%
Acordo Quadro	333	0,75%	23,75 (M€)	2,49%
Concurso de concepção	28	0,08%	10,60 (M€)	1,11%
Contrato de empreitada de obras públicas não publicado no Jornal Oficial da ...	4	0,01%	7,24 (M€)	0,76%
Fins de investigação, de experimentação, de estudo ou de desenvolvimento	94	0,22%	4,81 (M€)	0,50%
Total	36.604	100,00%	954,21 (M€)	100,00%

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em 2025, voltou a verificar-se crescimento da preponderância dos «motivos de urgência imperiosa», passando a representar 88,11% dos motivos invocados nos contratos precedidos de procedimentos escolhidos em função de critérios materiais.

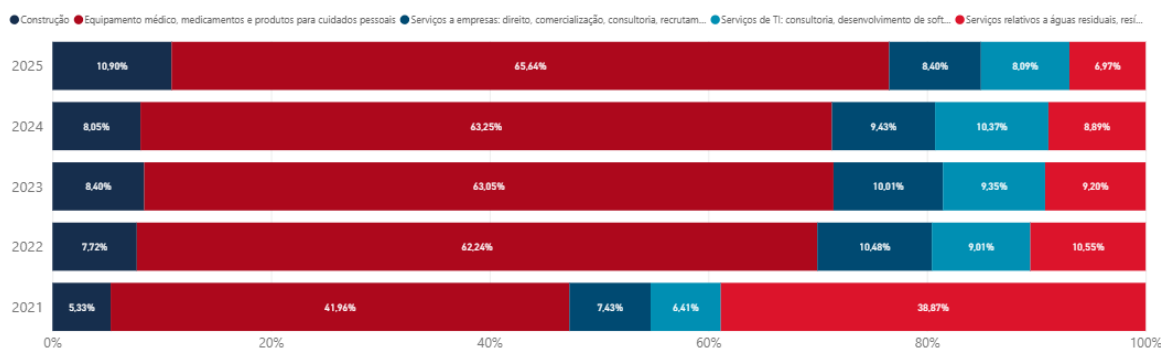
Gráfico 42 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critérios materiais: comparação 2021 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No que respeita ao objeto do contrato (por nomenclatura CPV), por montante contratual, em 2025 a maior representação da invocação dos fundamentos de natureza material mantém a tendência dos anos anteriores e verifica-se na aquisição de “Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais” (representa 65,64%).

Gráfico 43 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação: 2021 a 2025



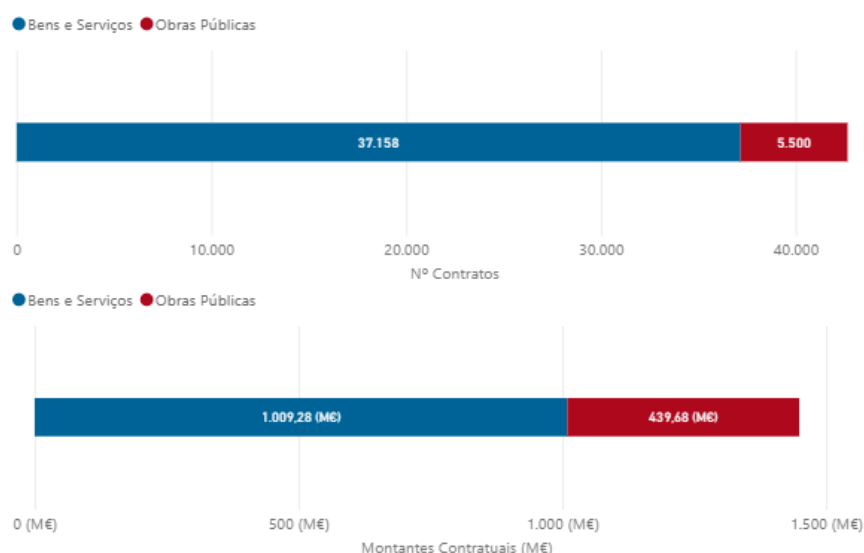
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

5.4.3. CONTRATOS PRECEDIDOS DE CONSULTA PRÉVIA

Em 2025 foram comunicados 42.658 contratos precedidos por consulta prévia, procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três operadores económicos à sua escolha a apresentar proposta, podendo negociar aspetos da execução do contrato a celebrar. Destes, 87,11% (37.158 contratos) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 12,89% (5.500 contratos) disseram respeito a empreitadas de obras públicas.

Em termos de montantes contratuais, do total de 1.448,96 milhões de euros, 1.009,28 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, e 439,68 milhões de euros relativos a empreitadas de obras públicas.

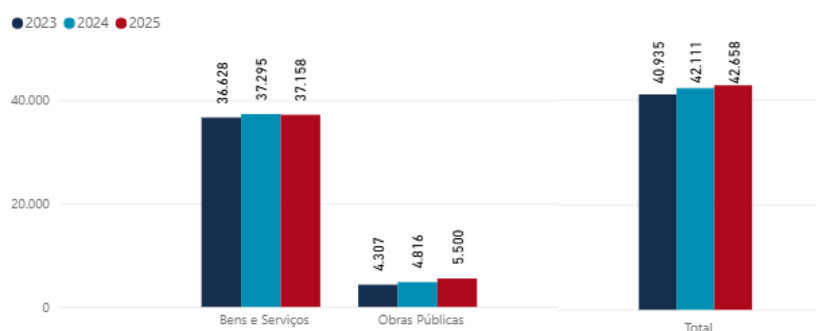
Gráfico 44 – Consultas Prévias em 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

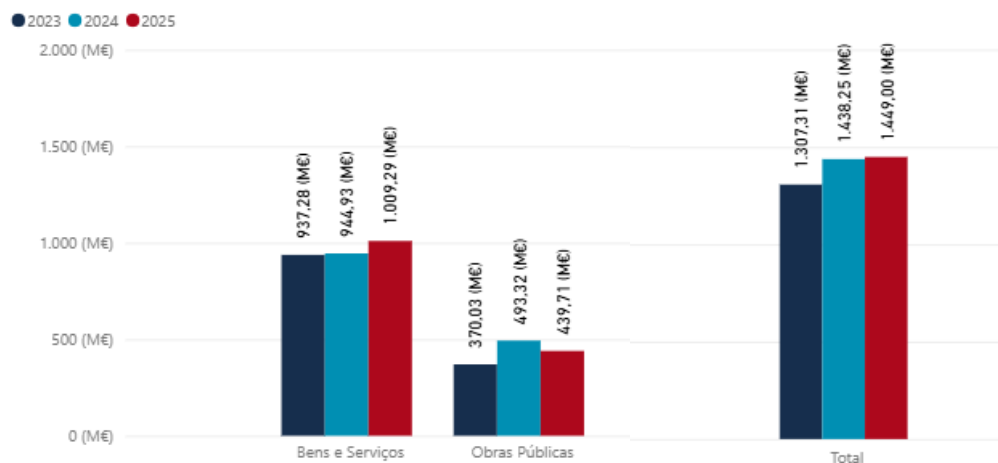
Em 2025, face aos anos anteriores, verificou-se um comportamento distinto na variação em número e valor, em função do tipo de contrato; concretamente, no caso dos contratos de bens e serviços foi inferior em número de contratos -0,37% e superior em valor 6,81%, no caso dos contratos de obras públicas foi superior em número de contratos 14,20% e inferior em valor -10,87%.

Gráfico 45 - Número de contratos por consulta prévia entre 2023 e 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

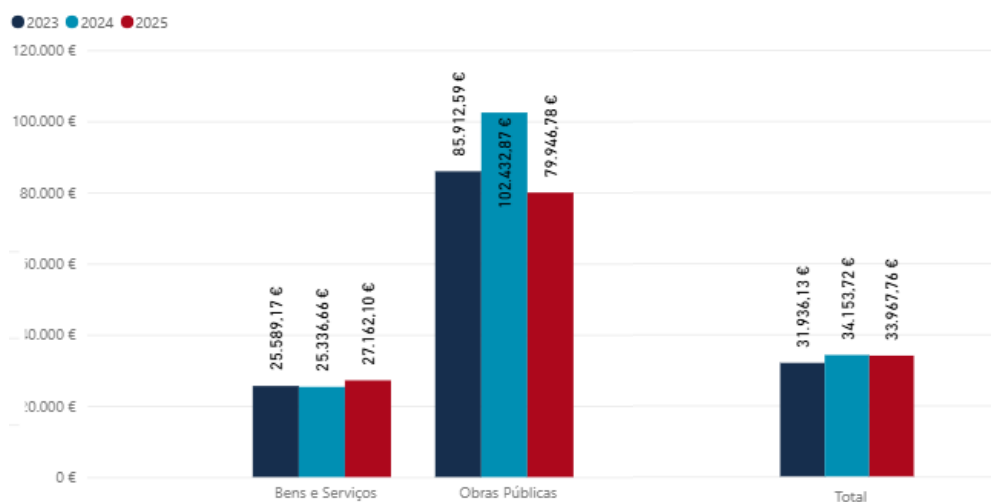
Gráfico 46- Valor dos contratos (M€) por consulta prévia entre 2023 e 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais, o valor médio por contrato, no ano de 2025, foi de 33.967,76 € (-185,96 € do que em 2024, em média, por contrato). Já por tipo de contrato, em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato foi de 27.162,10 € (+1.825,44 €, do que em 2024, em média, por contrato), inferior ao limite do valor do contrato do procedimento de consulta prévia (<75.000€). No caso das obras públicas foi de 79.946,78 € (-22.486,09 €, do que em 2024, em média, por contrato), inferior ao limite do valor do contrato do procedimento de consulta prévia (<150.000€).

Gráfico 47 - Valor médio dos contratos (€) por consulta prévia entre 2023 e 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)



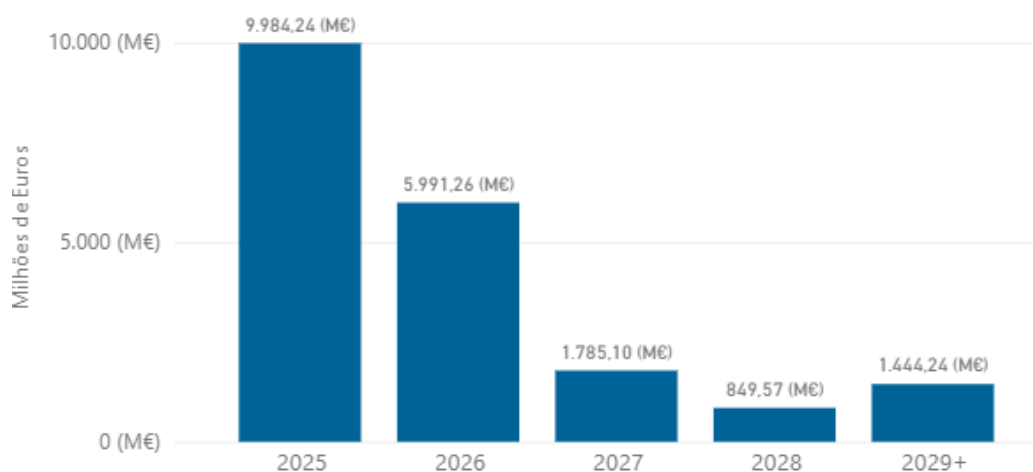
6. Projeção dos Encargos Decorrentes dos Contratos Celebrados

6. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS

Neste ponto do presente relatório, importa referir que os encargos indicados decorrem da projeção estimada do contrato, tendo em conta o preço contratual e o prazo de execução do contrato, ambos comunicados pelas entidades adjudicantes, no pressuposto que o mesmo tem um gasto mensal homogêneo, sendo por isso uma estimativa.

Projetando a execução ao longo do tempo dos contratos, 49,79% da despesa, correspondente a 9.984,24 (M€), foi executada em 2025.

Gráfico 48 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025



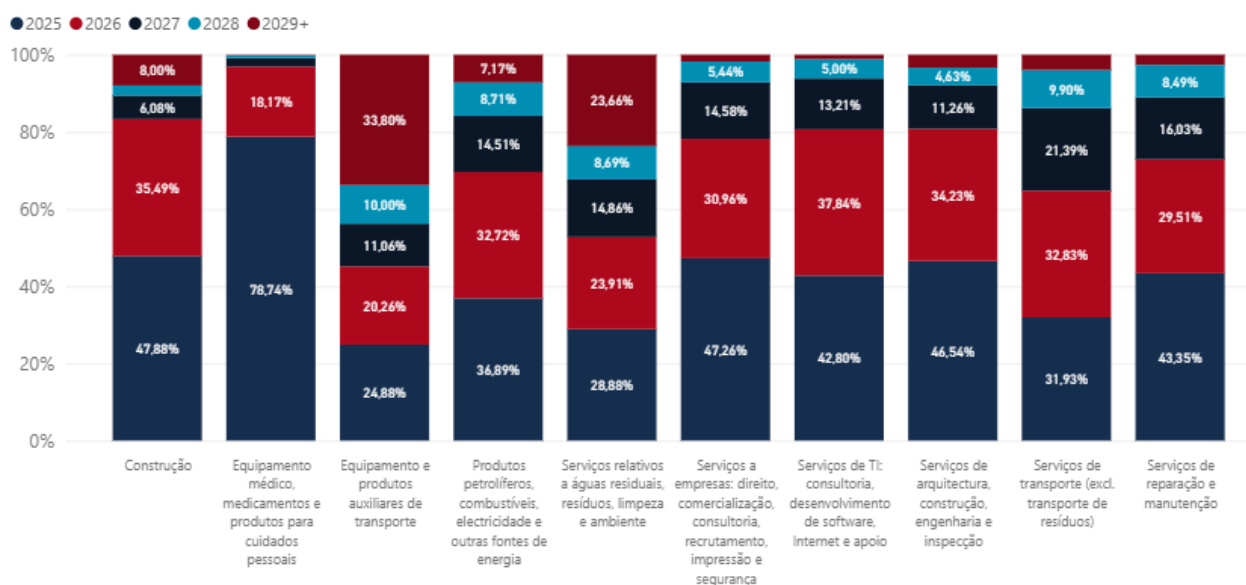
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Existem, todavia, variações sobre a distribuição no tempo dos encargos previsíveis, desde logo em função do objeto do contrato (por código CPV).

Assim, foi no «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (78,74%), que constatámos a maior taxa de previsão de execução no próprio ano de celebração do contrato (2025).

Os restantes apresentam previsões abaixo dos 50%, sendo os com menor previsão «Equipamentos e produtos auxiliares de transporte» (24,88%) e «Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente» (28,88%).

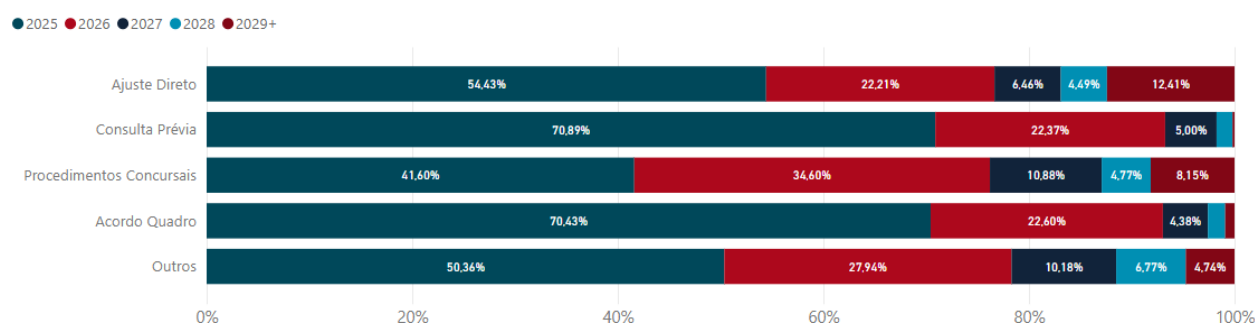
Gráfico 49 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025, por CPV



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Analisando o tipo de procedimento que precedeu o contrato, podemos concluir que quando o tipo de procedimento utilizado foi o ajuste direto, consulta prévia ou aquisições ao abrigo de acordo quadro, os contratos tenderam a ser executados num menor espaço de tempo: 54,3% do valor dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto, 70,89% do valor dos contratos de consulta prévia e 70,43% do valor dos contratos ao abrigo de acordo quadro, tinham a sua execução previsível durante o ano de 2025. Em sentido oposto, nos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais (contratos precedidos por concurso público ou por concurso limitado por prévia qualificação), a previsão da sua execução concentrou-se menos no ano de 2025 (apenas 41,60% do valor com execução previsível em 2025 e 34,60% em 2024, prevendo-se a execução dos 23,80% remanescentes nos anos seguintes).

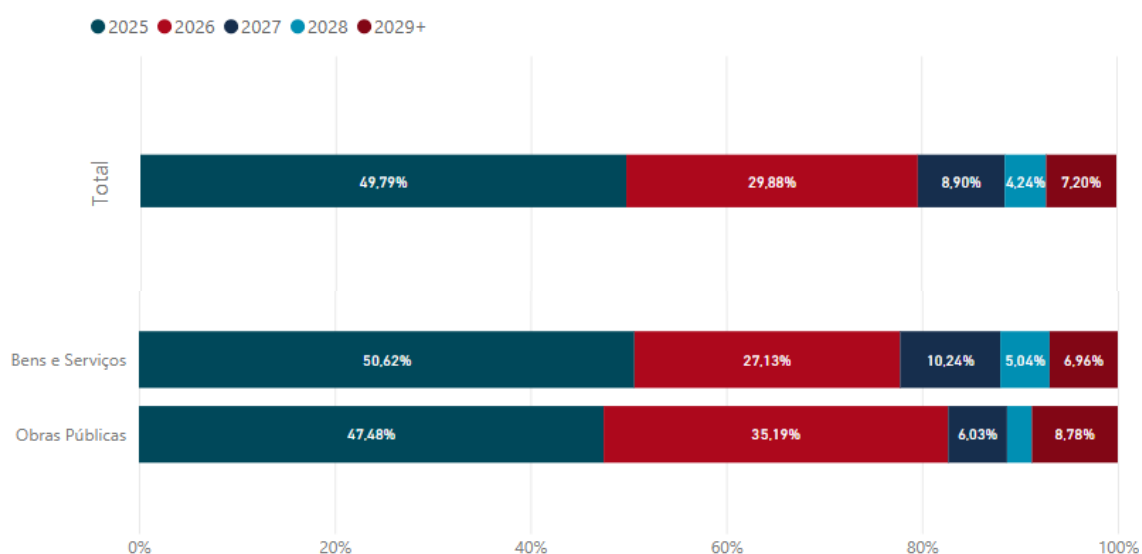
Gráfico 50 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Fazendo a mesma análise, mas por tipo de contrato, constatamos que na distribuição dos encargos pelos anos de execução do contrato, a concentração da execução no próprio ano de celebração do contrato é inferior no caso dos contratos de obras públicas (47,48%) quando comparado com os contratos relativos a bens e serviços (50,62%).

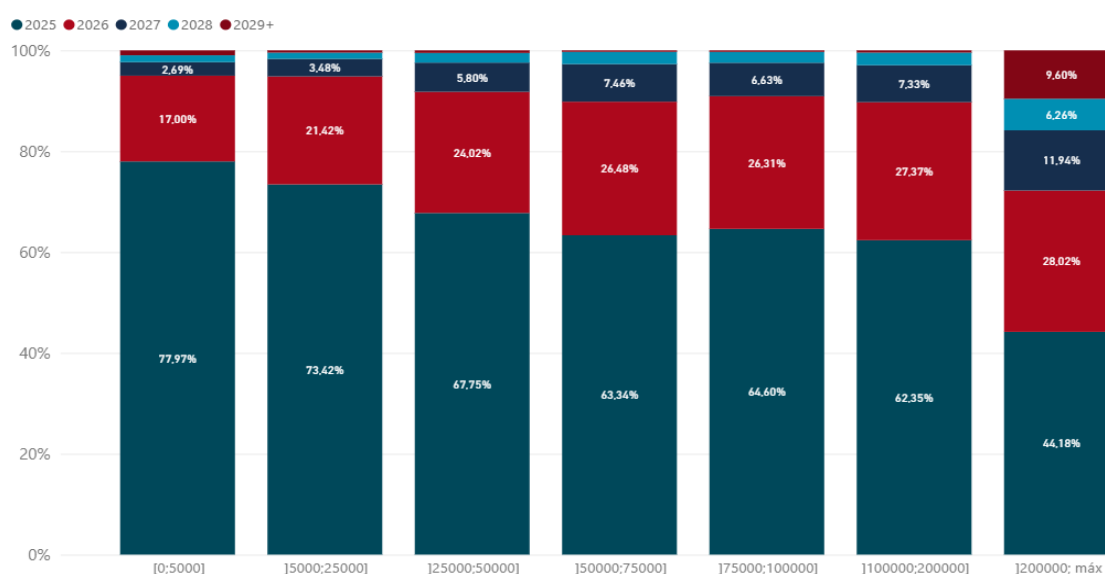
Gráfico 51 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Tendo como critério o valor do contrato, no caso da aquisição de bens e serviços, podemos verificar uma tendência de aumento da plurianualidade dos contratos à medida que o montante contratual aumenta. Dos contratos de valor inferior a 5.000€, cerca de 77,97% do respetivo valor contratual previa-se ser executado em 2025, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 200.000 €, somente 44,18% do valor se projetou ser executado no próprio ano.

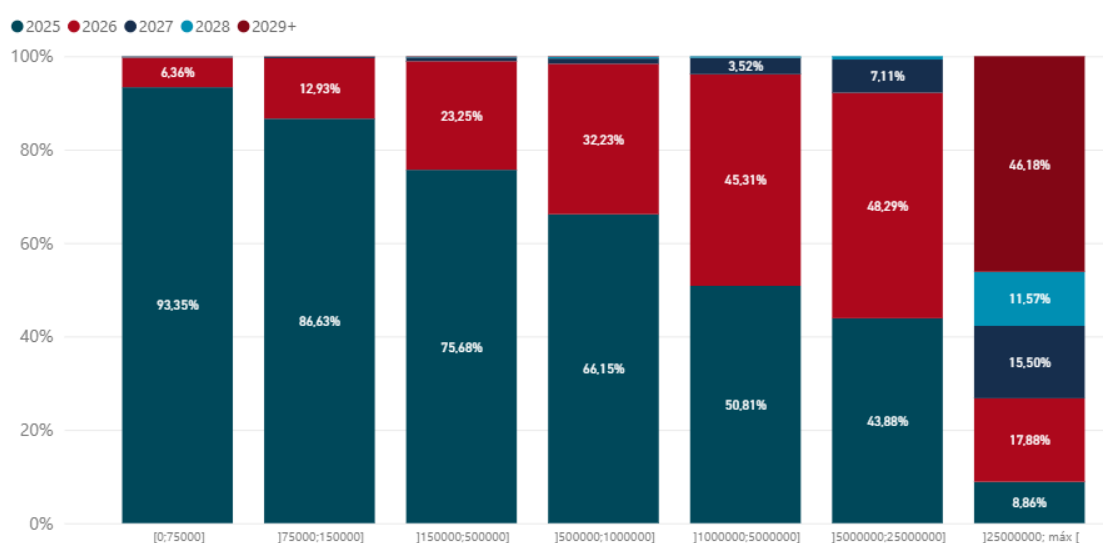
Gráfico 52 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025, por intervalo de valor contratual – bens e serviços



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

No caso das obras públicas, verifica-se que nos contratos até 150.000 € a previsão de execução em 2025 é superior a 86%, ultrapassando os 93% nos contratos que se situam no intervalo inferior a 75.000 €, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 25.000.000 €, apenas cerca de 8,86% do valor contratual previu-se ser executado ainda no ano de 2025.

Gráfico 53 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos 2025, por intervalo de valor contratual, obras públicas



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)



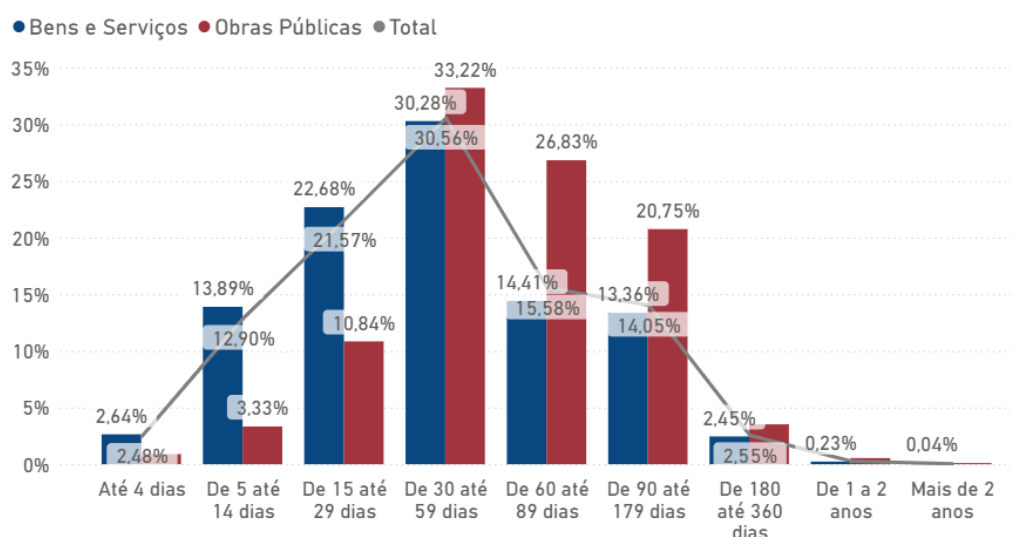
7. Do Procedimento ao Contrato

7. DO PROCEDIMENTO AO CONTRATO

7.1. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, que neste estudo é considerado como o número de dias entre a data da comunicação do procedimento no portal BASE (correspondente à data da publicação de anúncio ou envio de convite ou criação do procedimento pelas entidades adjudicantes, por acesso direto ao portal BASE) e a data de celebração do contrato, constatamos que a maior incidência foi entre 30 até 59 dias (representativo de 30,28% nos contratos de bens e serviços, 33,22% nos contratos de obras públicas e a 30,56% no total de contratos).

Gráfico 54 - Duração dos procedimentos relativos a contratos reportados em 2025, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato

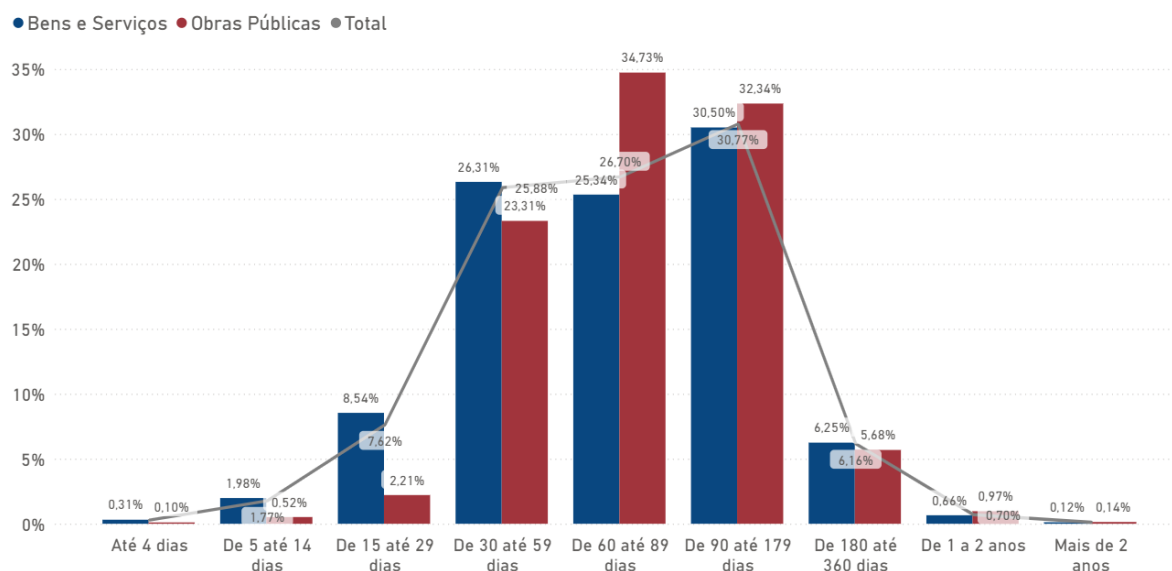


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Os dados atrás referidos estão influenciados pelo peso do número de procedimentos por ajuste direto e consulta prévia no universo do número de contratos reportados, os quais tendem a ser mais céleres do que os procedimentos concursais.

Analisando autonomamente os contratos resultantes de procedimentos concursais, a maior incidência de duração dos procedimentos verificou-se entre os 90 até 179 dias (representativo de 30,50% nos contratos de bens e serviços, 32,34% nos contratos de obras públicas e a 30,77% no total de contratos).

Gráfico 55 - Duração dos procedimentos relativos a contratos reportados em 2025, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)



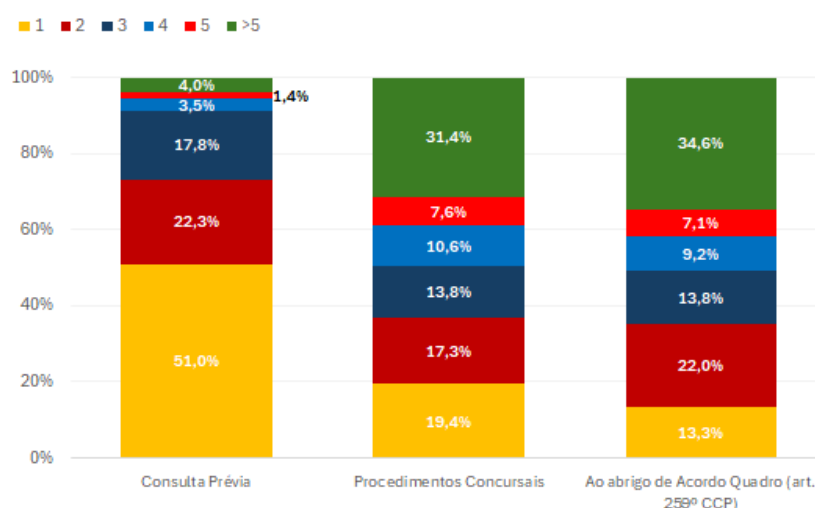
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

7.2. NÚMERO DE PROPOSTAS POR PROCEDIMENTO

Com o intuito de analisar o nível de concorrência existente nos mercados públicos, foram analisados os procedimentos cujos contratos e as propostas foram reportados ao portal BASE, respetivamente através da comunicação do Relatório de Formação de Contrato e da Ficha de Abertura de propostas.

Por tipo de procedimento é de destacar: no caso da consulta prévia a maior frequência é de 1 proposta (representando 51,0% dos procedimentos), no caso dos procedimentos concursais a maior frequência é de mais de 5 propostas (representando 31,4% dos procedimentos), e no caso dos procedimentos ao abrigo de acordo quadro (aqui apenas analisados os do art.º 259.º do CCP que seguem o procedimento de consulta previa) a maior frequência é também mais de 5 propostas (representando 34,6% dos procedimentos).

Gráfico 56 – Frequência do número de propostas por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

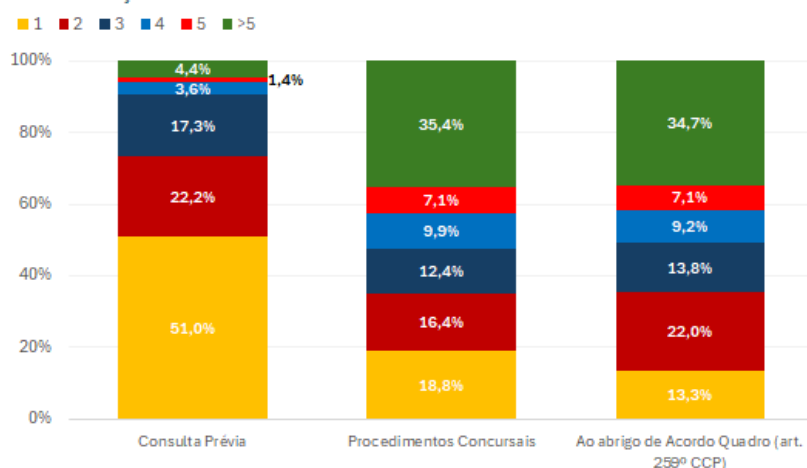
Efetuada a mesma análise, mas agora por tipo de procedimento e tipo de contrato.

No caso dos contratos de bens e serviços, nos procedimentos de consulta prévia a maior frequência é de 1 proposta (representando 51,0% dos procedimentos), nos procedimentos concursais e nos procedimentos ao abrigo de acordo quadro (art.º 259.º do CCP) a maior frequência é de mais de 5 propostas (representando, respetivamente, 35,4% e 34,7% dos procedimentos).

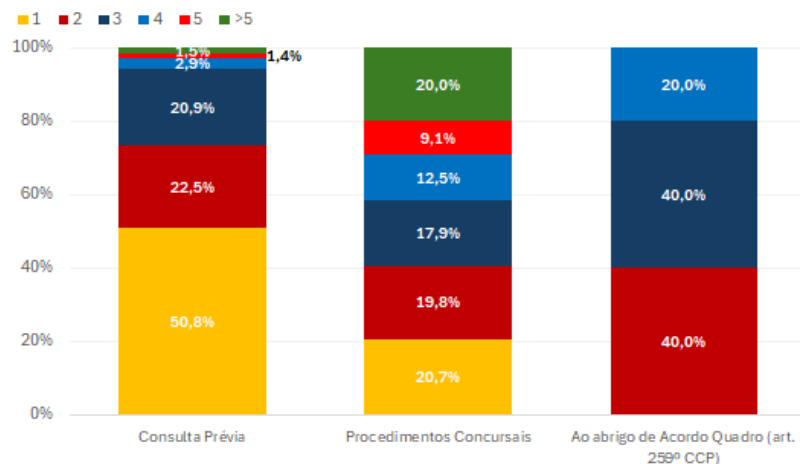
No caso dos contratos de obras públicas, nos procedimentos de consulta prévia a maior frequência é de 1 proposta (representando 50,8% dos procedimentos), nos procedimentos concursais verifica-se uma grande proximidade nos grupos de 1 proposta (20,7%), 2 propostas (19,8%) e mais de 5 propostas (20,0%), enquanto que, nos ao abrigo de acordo quadro (art.º 259.º do CCP), foi registado a mesma representatividade nos grupos com 2 e 3 propostas (40%).

Gráfico 57 - Frequência do número propostas por tipo de procedimento e tipo de contrato

Bens e Serviços



Obras Públicas

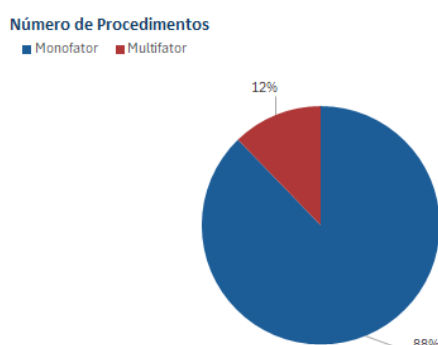


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

7.3. DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: «MONOFATOR» *VERSUS* «MULTIFATOR»

Nos procedimentos comunicados em 2025, constatou-se que cerca de 88% utilizaram a modalidade de adjudicação monofator e cerca de 12% a modalidade de multifator.

Gráfico 58 - Modalidade do critério de adjudicação nos procedimentos comunicados em 2025



Fonte: portal BASE (abril 2026)

Considerando os procedimentos com modalidade de adjudicação monofator, constatou-se que, cerca de 96%, tiveram o fator preço como fator de avaliação. Os restantes (cerca de 4%), e classificados em “Outros”², utilizaram fatores cuja representatividade de cada fator é inferior a 1%.

Gráfico 59 – Peso do fator preço na modalidade de monofator, nos procedimentos comunicados em 2025

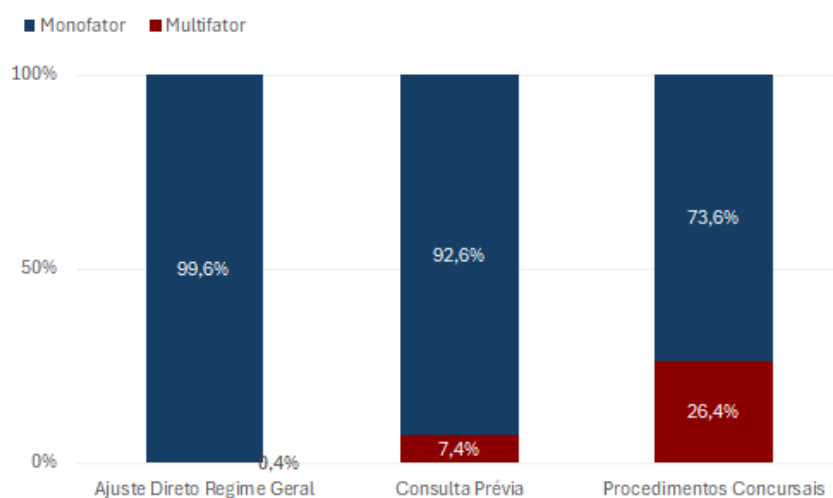


Fonte: portal BASE (abril 2026)

² Outros fatores: Qualidade; Organização, qualificações e experiência do pessoal encarregado; Serviço e assistência técnica pós-venda e condições de entrega; Promoção de atividades culturais e dinamização de património cultural; Sustentabilidade ambiental ou social; Grau de inovação de processos, produtos ou materiais; Circularidade; Promoção da inovação ou de emprego científico ou qualificado; Promoção do cumprimento do disposto no Código do Trabalho e convenções coletivas de trabalho; Outras não identificadas.

Considerando o tipo de procedimento, é visível a maior preponderância da utilização da modalidade de adjudicação por monofator nos procedimentos de ajuste direto regime geral (99,6%), enquanto que nos procedimentos concursais cerca de 73,6% utilizaram esta modalidade. A modalidade de adjudicação por multifator é mais utilizada nos procedimentos concursais (cerca de 26,4%), sendo de 7,4% nos procedimentos de consulta prévia e inferior a 1% nos procedimentos de ajuste direto regime geral.

Gráfico 60 – Peso da modalidade do critério de adjudicação nos procedimentos comunicados em 2025, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (abril 2026)

7.4. OSCILAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL FACE AO PREÇO BASE

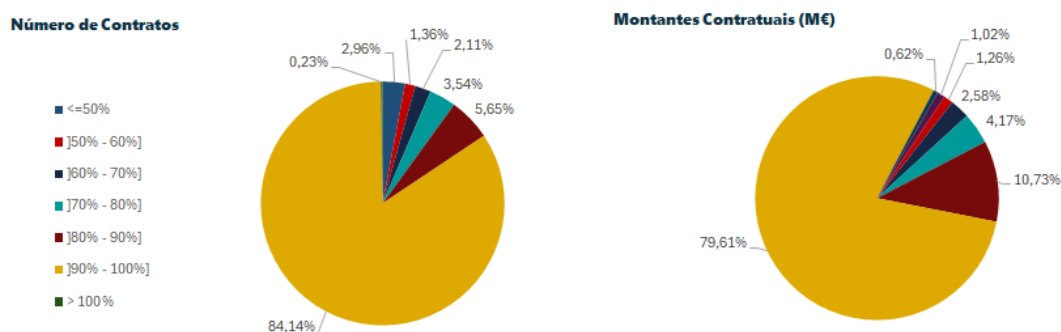
Sendo o preço base do procedimento fixado com base em critérios objetivos, como sejam os preços atualizados do mercado obtidos através de consultas preliminares ou os custos médios unitários resultantes de procedimentos anteriores para prestações do mesmo tipo, grandes desvios face a este valor nos contratos adjudicados devem ser analisados, uma vez que podem indiciar, entre outras situações, que o mercado está em concorrência agressiva, com estratégias oportunistas, potenciais riscos de incumprimento contratual ou de falta de qualidade na execução. Os operadores económicos que praticam preços sustentáveis podem estar a ser afastados do mercado.

De facto, embora o Código dos Contratos Públicos, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, tenha eliminado a associação direta entre o preço anormalmente baixo e o limiar de 50% do preço base, esse referencial pode ainda ser utilizado como referência auxiliar na análise de ajustamento ao mercado.

Considerando os contratos de bens e serviços, independentemente do tipo de procedimento, constatamos que, em número, a grande maioria dos contratos tiveram preço contratual próximo do preço base do respetivo procedimento: 84,14%, no intervalo]90% a 100%]. A representatividade em termos dos montantes contratuais é 79,61%, no mesmo intervalo.

No limiar do preço anormalmente baixo, correspondente ao intervalo $\leq 50\%$, a representatividade é reduzida: 2,96%, em número e 1,02%, em montantes contratuais.

Gráfico 61 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, em todos os procedimentos, por intervalo de preço base, dos contratos de bens e serviços: ano de 2025

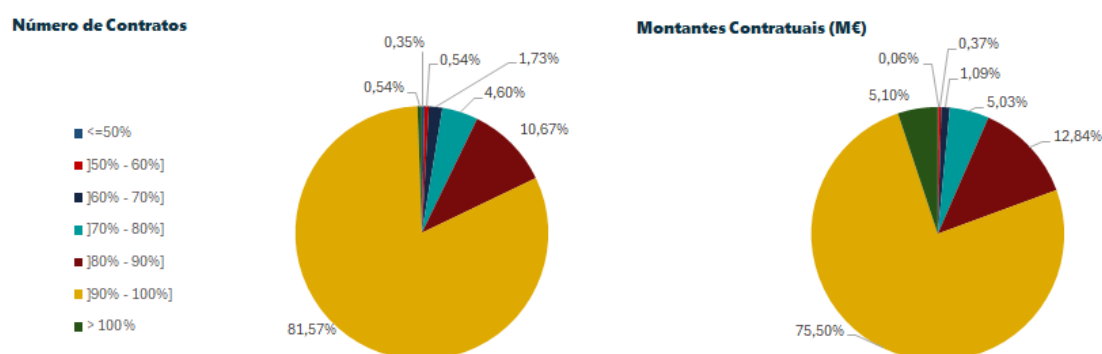


Fonte: portal BASE (junho 2026)

No que respeita aos contratos de empreitada de obras públicas, independentemente do tipo de procedimento, constatamos de igual forma que, em número, a maioria dos contratos tiveram preço contratual próximo do preço base do respetivo procedimento: 81,57%, no intervalo]90% a 100%], cuja representatividade em termos dos montantes contratuais é 75,50%.

A proporção dos contratos cujo preço contratual foi menor do que 50% do preço base é apenas 0,35%, que representam 0,06% dos montantes contratuais.

Gráfico 62 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de empreitadas de obras públicas: ano de 2025



Fonte: portal BASE (junho 2026)

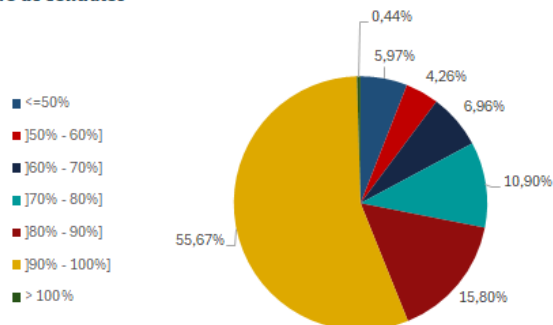
Analisando apenas os procedimentos concursais, constatamos que, no caso dos contratos de bens e serviços, a adjudicação próxima do valor do preço base foi a mais representativa: 55,67% em número de contratos e 69,59% em montantes contratuais, no intervalo]90% - 100%].

No limiar do preço anormalmente baixo, correspondente ao intervalo <=50%, registam-se ainda com alguma expressão: 5,97% em número e 1,03% em montantes contratuais.

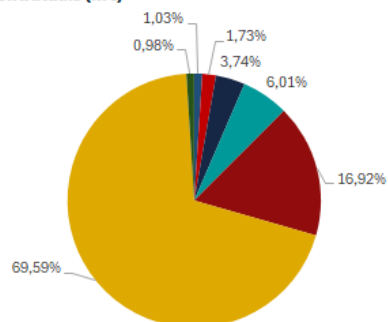
Os contratos celebrados com preço contratual superior ao preço base (possibilidade regulada no n.º 6 do Art.º 70.º do CCP) são pouco representativos: 0,44% em número e 0,98% em montantes contratuais.

Gráfico 63 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de bens e serviços dos procedimentos concursais: ano de 2025

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (junho 2026)

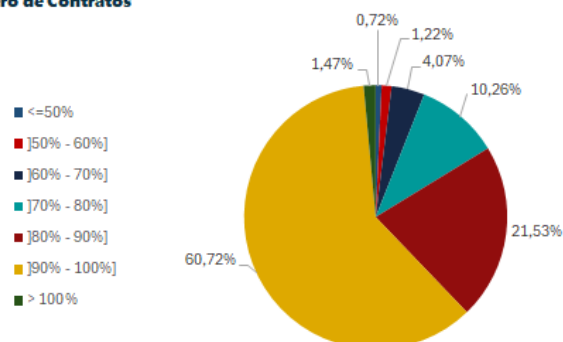
Nos contratos de empreitada de obras públicas, resultantes de procedimentos concursais, constatou-se que 60,72% do número de contratos e 73,32% dos montantes contratuais envolvidos foram celebrados por valor contratual próximo do preço base, no intervalo]90% - 100%].

A proporção dos contratos cujo preço contratual foi menor do que 50% do preço base é apenas 0,72%, que representam 0,07% dos montantes contratuais.

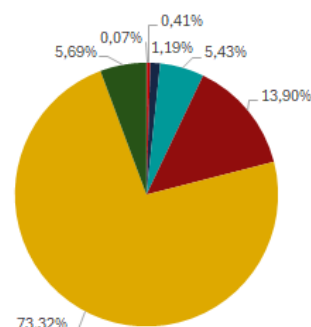
Os contratos celebrados com preço contratual superior ao preço base (possibilidade regulada no n.º 6 do Art.º 70.º do CCP) são, à semelhança do que se passa com os contratos de bens e serviços, pouco representativos, ainda que ligeiramente superiores a estes: 1,47% em número e 5,69% em montantes contratuais.

Gráfico 64 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de empreitada de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2025

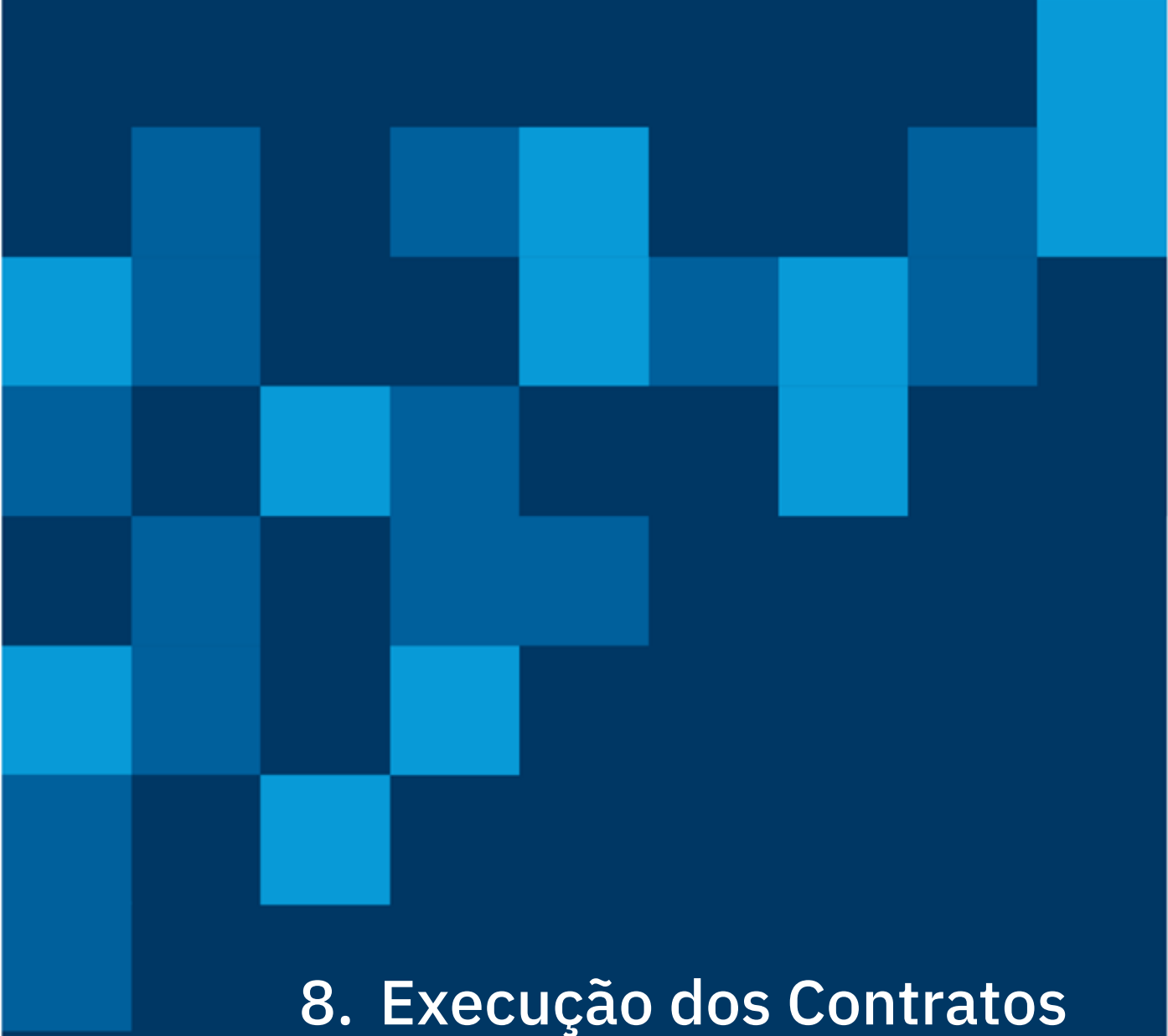
Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (junho 2026)



8. Execução dos Contratos

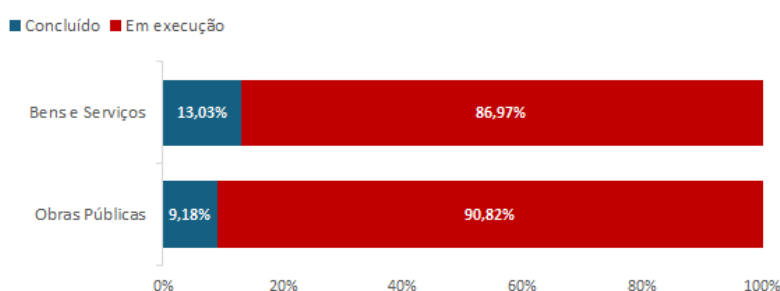
8. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. DESVIO DE PREÇOS³

A análise é efetuada sobre os contratos comunicados ao portal BASE em 2025, com informação de fecho de contrato já registada à data da recolha dos dados para a elaboração do presente relatório.

De acordo com os dados apresentados, a taxa de contratos de bens e serviços concluídos (i.e. de contratos cuja comunicação do preço total efetivo foi comunicado após o fecho do contrato) é de 13,03% e de 9,18% no caso dos contratos de empreitada de obras públicas.

Gráfico 65 – Distribuição dos contratos comunicados em 2025 por estado de execução



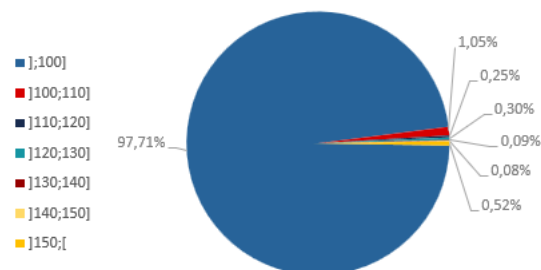
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Confrontando o valor total efetivo de cada um destes contratos concluídos com o preço contratual, constata-se que, no caso dos bens e serviços, em apenas 2,29% dos contratos o preço total final foi superior ao valor contratualmente definido, sendo visível no segundo gráfico que o grupo mais significativo dos desvios é o que situa até mais 10% do preço contratual.

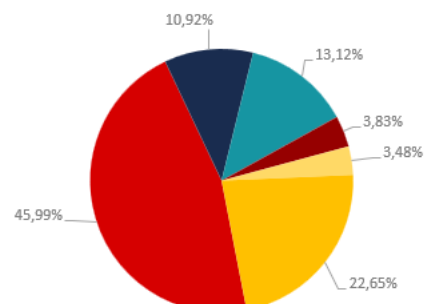
³ Importa ter em conta que o desvio de preços que aqui é considerado tem a ver com a diferença entre o preço total efetivo do contrato e o preço contratual. Não se entra em linha de conta com a natureza dos sobrecustos; por ausência de informação, tais desvios podem dever-se a trabalhos complementares e/ou a menos, a juros indemnizatórios, etc.

Gráfico 66 - Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços

Desvio de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços



Desvio de preços (Excepto Até 100%): Bens e Serviços

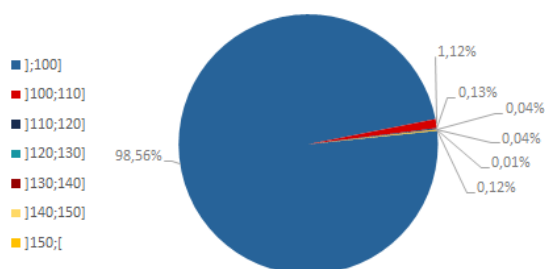


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

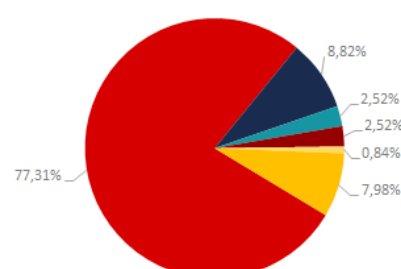
No caso das obras públicas o peso dos contratos concluído em que tal situação sucedeu é superior, mas ainda assim com uma representatividade baixa: apenas 1,44% dos contratos relacionados com obras públicas teve valor final superior ao valor contratualizado, sendo o mais significativo o grupo em que se verifica o valor final do contrato até 10% superior.

Gráfico 67 - Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas

Desvio de preços por intervalo de variação: Obras Públicas



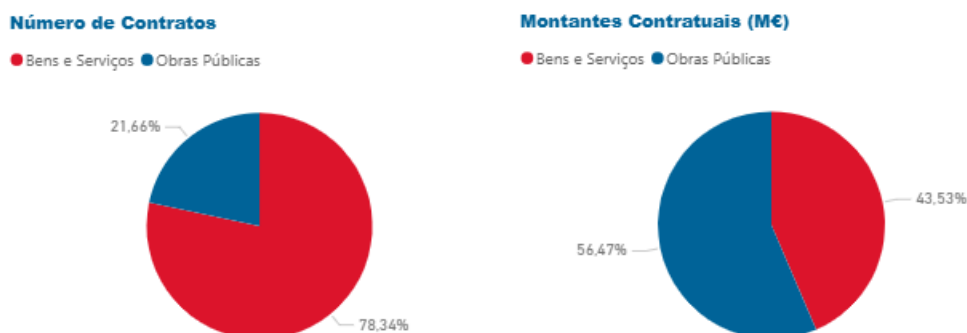
Desvio de preços (Excepto Até 100%): Obras Públicas



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Em termos globais, analisados os contratos publicados em 2025 cujo preço total efetivo foi superior ao preço contratual, a distribuição por tipo de contrato representa, em número, 78,34% bens e serviços e 21,66% obras públicas e, em valor, 43,53% bens e serviços e 56,47% obras públicas.

Gráfico 68 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato

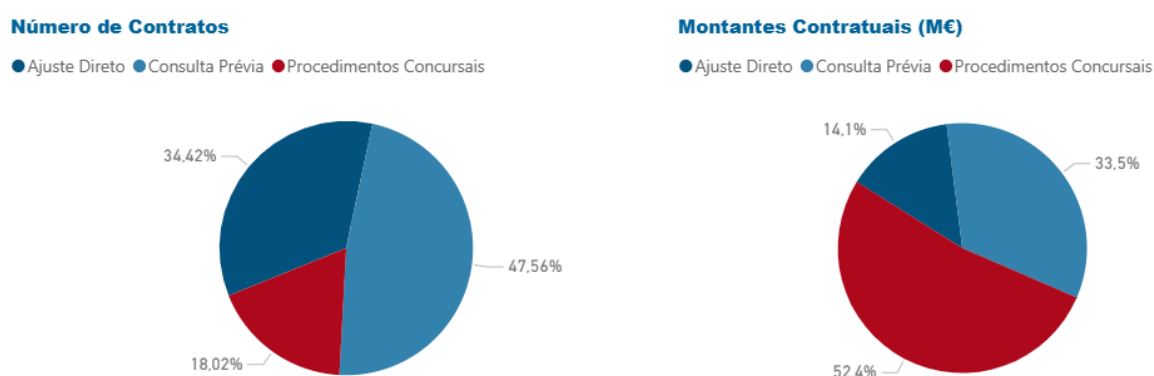


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Por tipo de procedimento, verificou-se a distribuição do número de contratos e por ordem decrescente 47,56% precedidos por consulta prévia, 34,42% precedidos por ajuste direto e 18,02% precedidos por procedimentos concursais.

No que refere ao montante contratual, 52,40% do montante contratual respeita a contratos precedidos de procedimentos concursais, seguindo-se 33,50% precedidos de consulta prévia e 14,10% precedidos de ajuste direto.

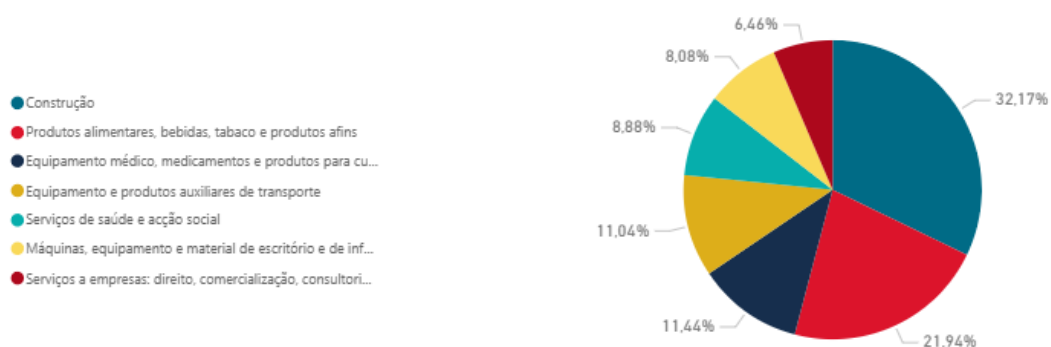
Gráfico 69 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, no ajuste direto, consulta prévia e nos procedimentos concursais



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Por objeto do contrato, analisando onde se reportaram o maior número de contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, destacaram-se a «Construção» (32,17%), seguindo-se os «Produtos alimentares, bebidas, tabacos e produtos afins» (21,94%) e o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (11,44%).

Gráfico 70 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)



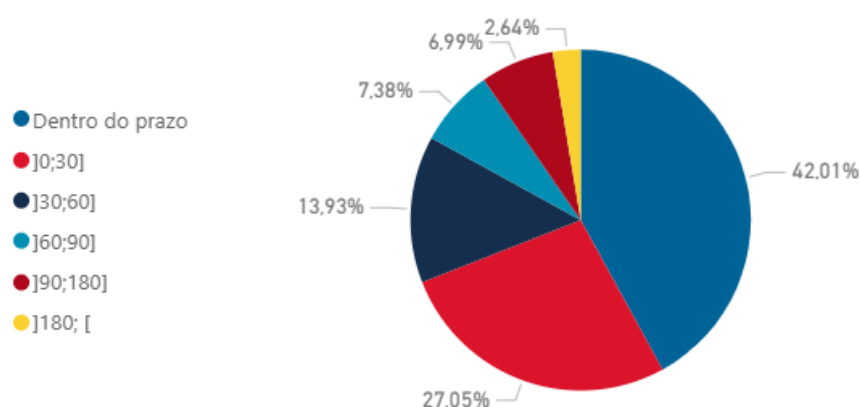
Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

8.2. DESVIO DE PRAZOS

A análise é efetuada sobre os contratos comunicados ao portal BASE em 2025, com informação de fecho de contrato (duração efetiva) já registada à data da recolha dos dados para a elaboração do presente relatório.

De acordo com os dados apresentados, no que respeita ao cumprimento dos prazos de execução contratualmente definidos, no caso dos bens e serviços o prazo contratual foi respeitado em 42,01% dos contratos; em 27,05% dos contratos esse prazo foi ultrapassado em menos 30 dias.

Gráfico 71 - Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)



9. Os Intervenientes no Processo de Contratação Pública

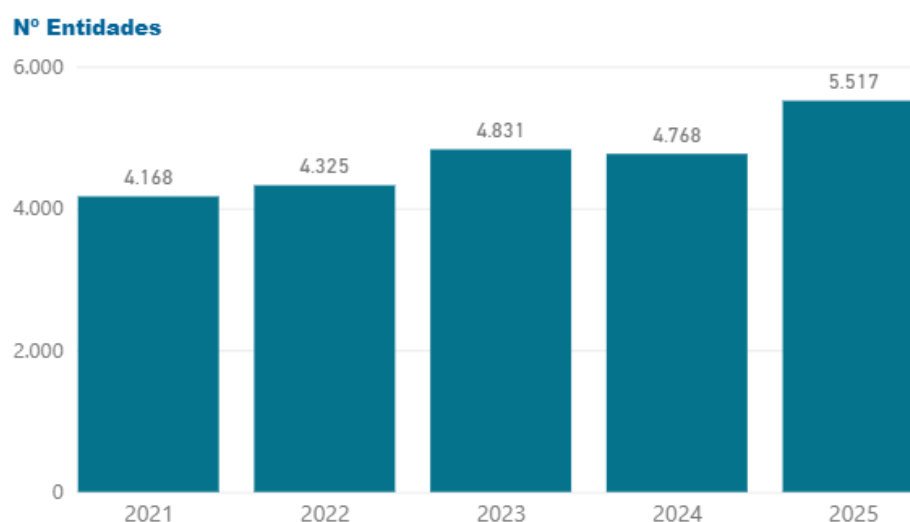
9. OS INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

9.1. ENTIDADES ADJUDICANTES

A evolução das entidades adjudicantes que fizeram comunicações ao portal BASE entre 2021 e 2025, pode ser vista no gráfico abaixo.

No ano de 2025 comunicaram 5.517 entidades adjudicantes, o número mais alto desde 2021.

Gráfico 72 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2021 a 2025

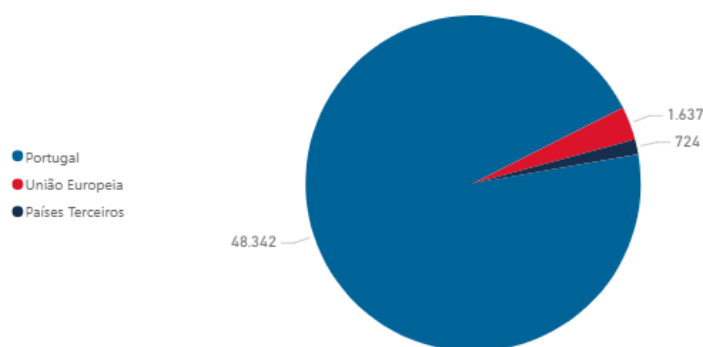


Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

9.2. ADJUDICATÁRIOS

A grande maioria dos contratos, no ano de 2025, teve cocontratantes sediados em Portugal (48.342 adjudicatários, que representam aproximadamente 95% do total). Os 1.637 adjudicatários cuja origem se situa no espaço da União Europeia representaram 3% do total de adjudicatários e os 724 dos Países Terceiros apenas 1%.

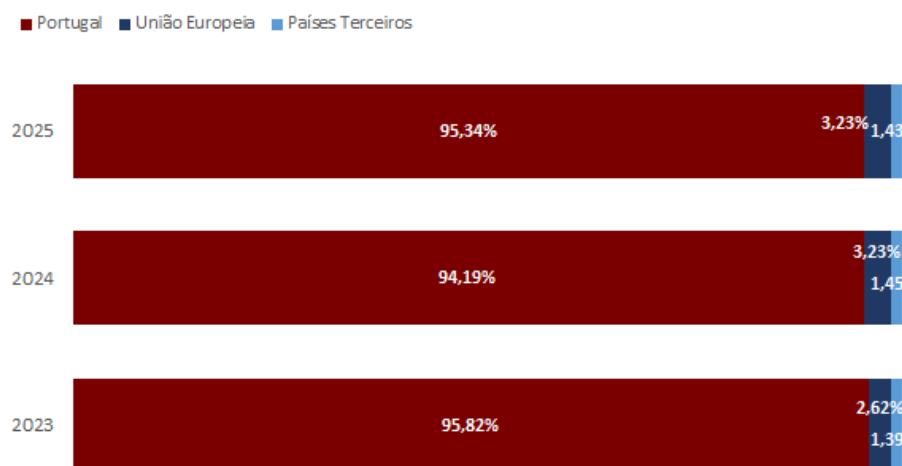
Gráfico 73 - Adjudicatários, por origem



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

A evolução das entidades adjudicatárias por nacionalidade, entre 2023 e 2025, pode ser vista no gráfico abaixo, mantendo-se a preponderância e dentro da mesma ordem de grandeza os cocontratantes nacionais.

Gráfico 74 - Entidades adjudicatárias, por origem: evolução 2023 a 2025



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

9.2.1.ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS

Por origem, os cinco países com mais entidades adjudicatárias, e que representam no conjunto 65 % do total das entidades adjudicatárias não nacionais, são por ordem decrescente: Espanha (833), seguido do Reino Unido (187), Alemanha (178), Estados Unidos da América (175) e França (161).

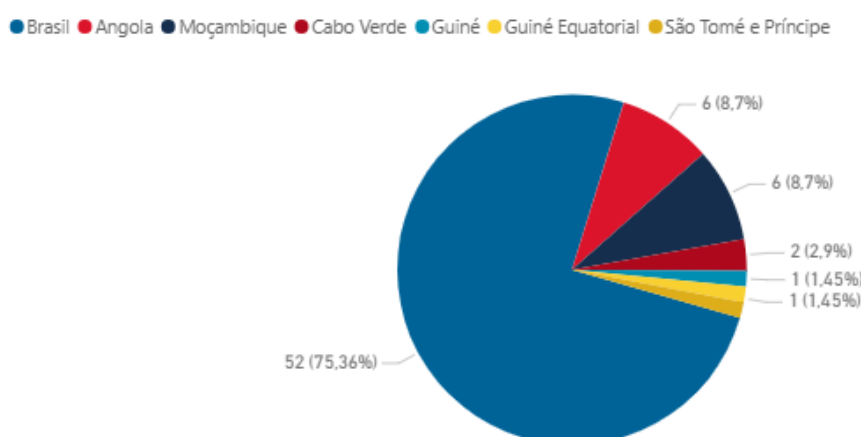
Quadro 11 - Número de Entidades Adjudicatárias, Top 5, por país (2025)

Localização	Nº Entidades Adjudicatárias
Espanha	833
Reino Unido	187
Alemanha	178
Estados Unidos	175
França	161
Total	1.534

Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)

Do número de entidades adjudicatárias com origem em Países Terceiros destacam-se no gráfico abaixo a distribuição das oriundas de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, concretamente e por ordem decrescente: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

Gráfico 75 – Entidades adjudicatárias oriundas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Fonte: portal BASE (fevereiro 2026)



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 - 010 Lisboa ·
Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt